

Universidade Católica de Goiás
Departamento de Psicologia
Mestrado em Psicologia

**DESEMPREGO:
Atribuições de Causalidade e Valores Sociais**

Sirle Maria dos Santos Vieira

Orientadora: Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres

Goiânia
Abril de 2002

Universidade Católica de Goiás
Departamento de Psicologia
Mestrado em Psicologia

**DESEMPREGO:
Atribuições de Causalidade e Valores Sociais**

Sirle Maria dos Santos Vieira

Dissertação apresentada ao Departamento de Psicologia da Universidade Católica de Goiás, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra Ana Raquel Rosas Torres.

Goiânia
Abril de 2002

Universidade Católica de Goiás
Departamento de Psicologia
Mestrado em Psicologia

FOLHA DE AVALIAÇÃO

Autora: Sirle Maria dos Santos Vieira

Título: DESEMPREGO: Atribuições de Causalidade e Valores Sociais.

Data de avaliação: Abril de 2002.

Banca Examinadora

Avaliação

Profa. Dra. Ana Raquel Rosas Torres
Universidade Católica de Goiás
Presidente

Nota ou Grau

Profa. Dra. Dulce Pires Flauzino
Universidade Católica de Goiás
Membro

Nota ou Grau

Prof Dr Leoncio Camino
Universidade Federal da Paraíba
Membro

Nota ou Grau

Goiânia
Abril de 2002

A meu marido, Ricardo e minhas filhas Allyne e Andreyra, por terem compreendido as horas, os dias, os meses, todo o tempo em que estive ausente ou por demais envolvida com este trabalho. Amo vocês mais do que a mim mesma.

AGRADECIMENTOS

A Profa Dra Ana Raquel Rosas Torres, que foi para mim a porta de entrada no mundo da pesquisa, por ter assumido a orientação deste trabalho. Tudo isso só foi possível por ter acreditado nas minhas possibilidades. Sua inspiração, sua ajuda e sobretudo suas críticas, sempre rigorosas mas nunca injustas ou destrutivas, permitiram-me adquirir as habilidades necessárias para levar a termo este trabalho. Sua generosidade intelectual e pessoal, fazem dela um exemplo a ser seguido.

Aos professores da banca examinadora, Dr Leôncio Camino e Dra Dulce Pires Flauzino, que de modo generoso, dedicaram a este trabalho uma parte do seu precioso tempo e saber.

A meu marido Ricardo e a minhas filhas Allyne e Andreyra, pelo apoio e motivação nas horas mais difíceis. E por me alimentarem com seu amor.

Ao Prof. Dr Márcio Queiroz Barreto, em especial por ter me encaminhado e incentivado a iniciar o curso de mestrado.

Ao Prof. Mestre Cícero Pereira, que me ajudou com os cálculos e com seus conhecimentos relativos ao tema de valores.

À Profa Mestre Helenides Mendonça, pela forma atenciosa com que me recebeu em vários momentos nos quais precisei explorar seus conhecimentos referentes ao tema de valores. Desses momentos nasceu uma grande amizade.

Às minhas amigas, Profa. Janice Porfírio e Profa. Mestre Solange Magalhães, pela maneira carinhosa com que ouviram o meu desabafo nas horas de angústia, medo, desespero e ansiedade que permearam a minha passagem pelo curso de Mestrado.

A meus pais, Elza e Geraldo pela confiança e apoio de sempre e a compreensão dos momentos em que deixei de estar com eles em virtude do trabalho.

A meus irmãos, Hilda, Mara, Rômulo, Rêmulo e Paula por acreditarem na minha capacidade. A eles, além de todo o meu carinho, deixo o exemplo desta caminhada.

A todos os amigos e colegas do curso de Mestrado em Psicologia Social, da Universidade Católica de Goiás, pela agradável convivência.

Aos universitários, sujeitos anônimos deste estudo, que gentilmente prestaram a sua colaboração.

A todos os membros do Grupo de Pesquisa sobre Processos Grupais e Intergrupais, com os quais pude contar com a ajuda para concretizar este trabalho.

À Profa. Mestre Maria da Conceição Procópio, pela amizade, incentivo e valiosas sugestões, sempre colaborando, para a consecução deste estudo.

À Profa. Mestre Darcy Costa, pela paciência e dedicação na correção deste trabalho

E a todas as pessoas que contribuíram para a construção deste trabalho.

A Deus especialmente, por tudo que tenho e tudo que sou.

Determinação, coragem e autoconfiança são fatores decisivos para o sucesso. Não importa quais sejam os obstáculos e as dificuldades. Se estamos possuídos de uma inabalável determinação, conseguiremos superá-los. Independentemente das circunstâncias, devemos ser sempre humildes, recatados e despidos de orgulho.

Dalai-Lama

SUMÁRIO

Folha de Avaliação.....	iii
Dedicatória.....	iv
Agradecimentos.....	v
Epígrafe.....	vii
Sumário.....	viii
Lista de Quadros.....	x
Lista de Figuras.....	xi
Lista de Tabelas.....	xii
Resumo.....	xiii
Abstract.....	xiv
Capítulo I - Introdução.....	1
Capítulo II - Atribuição e Representação Social.....	8
2.1. Teorias da Atribuição.....	9
2.1.1. A Psicologia Ingênua ou do Senso Comum.....	10
2.1.2. A Teoria da Inferência Correspondente.....	12
2.1.3. Covariação e Configuração.....	14
2.1.4. Avanços Contemporâneos no Campo da Atribuição Causal.....	17
2.2. As Representações Sociais.....	19
2.2.1. Ancoragem.....	24
2.2.2. Objetivação.....	25
2.2.3. As Representações Sociais no Contexto Intergrupar.....	26
2.3. Níveis de Análise das Representações Sociais.....	28

2.3.1. A Organização do Campo Representacional.....	28
2.3.2. Os Princípios Organizadores das Diferenças Interindividuais.....	29
2.3.3. A Ancoragem Social dos Princípios Organizadores das Diferenças Individuais.....	31
Capítulo III - Os Valores na Psicologia Social.....	33
3.1. Milton Rokeach.....	35
3.2. Shalom Schwartz.....	38
3.3. Ronald Inglehart.....	43
3.4. Desenvolvimento de uma Abordagem Societal para o Estudo dos Valores....	47
3.5. Valores e Atribuição.....	50
Capítulo IV - Estudo Empírico.....	54
4.1. Objetivos e Hipóteses.....	55
4.2. Método.....	57
4.2.1 – Amostra.....	57
4.2.2. Instrumento.....	57
a) Causas do Desemprego.....	57
b) Valores Psicossociais.....	58
c) Dados Sócio-demográficos.....	59
4.2.3. Procedimentos.....	59
4.2.4. Análise dos dados.....	59
4.3. Resultados.....	60
4.3.1. Escala de Atribuição do Desemprego.....	60
4.3.2. Valores Psicossociais.....	62
4.3.3. Ancoragem Social das Atribuições nos Valores Psicossociais.....	65
Capítulo V - Discussão e Conclusões.....	68
Referências bibliográficas.....	73
Anexos.....	85

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Valores terminais e instrumentais da escala de Rokeach (1968).....	37
--	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Modelo teórico proposto por Schwartz (1992) acerca das relações entre tipos motivacionais de valores e dimensões bipolares.....	42
Figura 2. Tipologia dos valores materialistas e Pós-materialistas Inglehart (1991).....	45
Figura 4.1. Dendrograma representando a estrutura dos sistemas de valores dos estudantes	63
Figura 4.2. Representação gráfica dos resultados da <i>Multidimensional Scaling</i> aplicada aos valores dos estudantes.....	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 4.1. Resultados da análise fatorial aplicada à escala de <i>desemprego</i>	61
Tabela 4.2. Médias e teste estatístico ao grau de adesão das atribuições pessoal acadêmico e político econômico de acordo com a área.....	62
Tabela 4.3. Resultado da análise da adesão aos valores em relação aos dados sócio-demográficos.....	65
Tabela 4.4. Resultados da regressão múltipla, pelo método <i>Stepwise</i> , ao grau de adesão das atribuições pessoal acadêmico dos estudantes, e como variáveis independentes os indicadores sócio-demográficos e os valores sociais.....	66
Tabela 4.5. Resultados da regressão pelo método <i>Stepwise</i> , ao grau de adesão das atribuições político econômico dos estudantes, e como variáveis independentes os indicadores sócio-demográficos e os valores sociais.....	67

Resumo

Neste estudo, analisaram-se as relações existentes entre as atribuições de causalidade para o desemprego feitas por estudantes universitários e a adesão a sistemas de valores psicossociais. Foram analisados trezentos casos válidos de estudantes universitários da cidade de Goiânia, nas áreas de humanas, exatas e biológicas. Constatou-se que as atribuições de causalidade para o desemprego feita por estudantes universitários se apresentam em dois princípios organizadores: o pessoal-acadêmico e o político-econômico. Para analisar como esses princípios organizadores se ancoram em sistemas de valores utilizou-se a proposta de Pereira, Lima e Camino (2001) para o estudo de valores. Os resultados sobre a configuração dos sistemas de valores corroboraram as idéias desses autores, demonstrando que, para os universitários de Goiânia, os valores se estruturam em três sistemas claramente demarcados: religioso, materialista e pós-materialista. No que se refere à ancoragem social dos princípios organizadores dos estudantes nos valores psicossociais, os resultados revelam que, quanto mais os estudantes consideram os valores materialistas importantes para uma sociedade ideal, maior é a concordância de que existe desemprego porque as pessoas não se esforçam o bastante para conseguir um emprego. Já os resultados relacionados às atribuições político-acadêmicas indicam duas relações significativas. A primeira mostra que quanto maior a adesão aos valores materialistas, menor vai ser a adesão às explicações mais sociais para o desemprego. Já a adesão aos valores religiosos implica também uma maior adesão a esse tipo de atribuição para o desemprego.

ABSTRACT

In this study, the relations between the attributions of the causality for the unemployment made by students from universities and the entry to the systems of psychosocial values were analyzed. Three hundred valid cases of university students were surveyed in the city of Goiânia, in human, biological and exact areas. The conclusion was that the attribution of the causality to the unemployment made by university students is presented in two organizer principles: the personal-academic and the political-economical. In order to analyze how these organizer principles fit themselves in values systems the Pereira, Lima and Camino's purpose (2001) was used to study the values. The results about the configuration of the values systems collaborate with the ideas of these authors, demonstrating that, to the university students of Goiânia, the values structured themselves on three clearly marked systems: religious, materialist and post materialist. Talking about social fixing of the organizer principles of the students to the psychosocial values, the results revealed that, as much as the students consider the materialist values important to the ideal society, bigger is the concordance to the unemployment exists because people don't make enough effort to get a job. The results related that the political-academic attributions indicate two significative relations. The first shows that as much as the entry to the materialist values lesser is going to be entry to the more societal explanations to the unemployment. The entry of religious values also imply a bigger entry to this kind of attribution to unemployment.

Capítulo I – Introdução

Este trabalho tem como objetivo primeiro investigar, em uma perspectiva psicossocial, as representações sociais que jovens universitários têm sobre a existência do desemprego. Para esse objetivo ser alcançado, articulamos o estudo das representações sociais com o estudo das atribuições.

Neste estudo, interessa analisar, especificamente, as relações existentes entre as atribuições de causalidade para o desemprego feitas por estudantes universitários e a adesão a sistemas de valores psicossociais.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considerando-se os fenômenos de curto prazo, são apontados como fatores dos altos níveis de desemprego no Brasil, a variação sazonal do fim do período de férias, e os esforços para manter a atividade econômica contida em níveis compatíveis com a estabilidade da moeda. As transformações do mercado de trabalho, sinalizando o reordenamento da economia ou, em outras palavras, a redistribuição de renda gerada pela estabilização da moeda, bem como um trabalho direcionado para a qualificação da mão-de-obra, por meio da melhoria do sistema educacional público, são os fenômenos de longo prazo.

De acordo com Pochmann (1998), o desemprego é um problema nacional, cujas razões são agravadas pela baixa escolaridade da mão-de-obra, a informalidade do trabalho e a precária rede de proteção social que cerca a população. Para o autor, o Brasil apresenta-se sem alternativas ocupacionais, por ter-se tornado uma economia urbana, por não haver ocorrido ainda a reforma social que ofereça como garantia a saúde, a educação, o transporte e a habitação, que permitiriam generalizar a cidadania e resolver o problema do emprego.

A redução progressiva do número de pessoas regularmente empregadas nos setores industrial e economia formal, na agricultura e nos serviços ocorre de uma maneira mais ou menos intensa, é o que afirma o economista Rifkin (1995), em seu livro *O fim dos*

empregos. Para ele, os elevados cortes de pessoal ocorrem em todos os setores da economia, e o mercado de trabalho está de tal forma alterado que não mais será possível evitar altíssimas taxas de desemprego, a não ser que ocorram mudanças políticas radicais, adotadas de imediato. Rifkin (1995), analisa os processos de longo prazo, portanto, com o surgimento das tecnologias nas áreas da comunicação e informática, o que torna previsto, a redução drástica do nível dos empregos. Ainda segundo este economista (1995), 35 milhões de pessoas estão desempregadas e outros 15 milhões situadas no subemprego, sendo os jovens as maiores vítimas.

Segundo fonte do IBGE (1996), o percentual médio anual da população brasileira desempregada atinge todas as regiões do Brasil.

A falta de oportunidades de trabalho aumentou e diversos condicionantes macroeconômicos são apontados, tais como o plano econômico do governo (objetivando liquidar a inflação) e o processo de desindustrialização nacional. O Plano Real trouxe déficits para a balança comercial, gerando a elevação das taxas de juros — pela necessidade de atrair capitais especulativos — e conseqüentemente, o aumento da dependência estrangeira e a redução de 1,25 milhão de empregos na indústria brasileira.

A faixa etária compreendida entre 18 e 24 anos e 15 a 17 anos corresponde respectivamente a um percentual de desemprego de 26,7% e 48,4% (dados do Seade e Dieese, 2000). Os efeitos sociais e psicológicos do desemprego para a população jovem economicamente ativa são vários, dentre eles a depressão, a ansiedade e a apatia, é o que afirma a psicóloga austríaca Jahoda (2000). Para ela, de maneira geral, a maioria dos jovens reage com atitudes violentas e agressivas, aumentando a estatística do criminoso

padrão, que morre com tiros da polícia ou de traficantes, aproximadamente aos 26 anos de idade.

Mesmo em um cenário tão pouco favorável, há ainda espaço para acreditar, tal como Pochman (1998), que o Brasil tem condições para enfrentar o desemprego, desde que haja reformas nas áreas tributária, agrária e social.

No tratamento de um tema dessa natureza, é imprescindível adotarmos uma perspectiva psicossocial.

Por perspectiva psicossocial, estamos referindo-nos a uma abordagem teórico-metodológica, que pressupõe a necessidade de os processos cognitivos de atribuição serem analisados, levando em consideração não só o processamento de informação, mas também a posição ocupada pelo sujeito no tecido social de uma dada sociedade (Camino, Maciel, Brandão & Gomes, 1996; Vala, 1996a). Em outras palavras, essa perspectiva defende essencialmente que a melhor maneira de estudar a consciência é pressupô-la relacional e contextual.

As teorias das atribuições tiveram forte influência na Psicologia Social sobretudo nos anos 50 e 70 do século XX. No entanto, desde os anos 80, elas vêm sofrendo críticas por causa das suas características individualistas. Dentre esses críticos, Hewstone (1989) defende que o estudo das representações sociais pode esclarecer os processos atribucionais, uma vez que os analisa em uma perspectiva macro-social ou societal.

Essas críticas são importantes para este trabalho, porque um grande número de estudos têm demonstrado que as atribuições feitas para a existência do desemprego, analisadas no plano individual são insuficientes para o entendimento do processo atribucional. Por exemplo, Furnham (1982, citado em Augoustinos & Walker, 1995),

usando as três categorias explicativas¹ utilizadas por Feagin (1972, citado em Augoustinos & Walker, 1995) para analisar as atribuições para a pobreza, demonstra que as explicações centradas nas responsabilidades individuais são menos importantes do que as explicações centradas na responsabilidade da sociedade para a existência do desemprego. Este estudo teve como participantes 284 sujeitos britânicos, com nível alto de escolaridade e oriundos da classe média. Além desses, ele contou com a participação de cem pessoas desempregadas havia, pelo menos, três meses. Os resultados demonstraram que as maiores diferenças para os conteúdos atribucionais para o desemprego foram encontrados entre os sujeitos empregados e desempregados, ou seja, as maiores diferenças estavam entre os grupos de participantes e não no interior dos grupos.

De forma similar, os estudos de Feather (1985) demonstram que os conteúdos atribucionais para o desemprego variam de acordo com o posicionamento político dos participantes. Participantes que se auto definem como conservadores tendem a explicar o desemprego em termos de falta de esforço individual, ao passo que os participantes que se auto-intitulavam progressistas atribuem o desemprego a causas mais sociais, como por exemplo, uma política econômica de recessão.

O termo representações sociais foi inaugurado por Serge Moscovici (1978), em sua obra sobre a representação social que a população parisiense tinha sobre a Psicanálise em fins dos anos 50. Em seu trabalho original, Moscovici buscou explicar como as cognições, no plano social, permitem a uma coletividade processar um dado conhecimento, veiculado pela linguagem, transformá-lo em uma propriedade impessoal, pública, que permite a cada indivíduo manuseá-lo e utilizá-lo de forma coerente com os

¹ Essas categorias são: explicações individuais (que responsabilizam o indivíduo), sociais (que responsabilizam a sociedade) e fatalísticas (que responsabilizam o destino).

valores e as motivações sociais da coletividade à qual pertence. Nesse sentido, Moscovici parte da premissa de que os sujeitos estariam inseridos em um dado contexto social, construindo um saber sobre a realidade específica que os envolve, sem ruptura entre o universo exterior e o universo interior, abarcando de forma integradora as dimensões sociais: linguagem, relações interpessoais, valores, normas, motivações, crenças, atitudes, indispensáveis à explicação teórica dos comportamentos sociais (Moscovici, 1978). Como referencial da teoria das representações sociais, utilizamos os trabalhos de Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992; 1993) que defendem que o estudo das representações sociais deve ser feito em três níveis complementares: o da objetivação, o dos princípios organizadores e o das ancoragens sociais. Segundo esses autores, esse último nível pode ser feito por meio da identificação social dos participantes (Tajfel, 1982) e/ou da adesão a valores sociais.

O segundo objetivo deste trabalho tem relação direta com o estudo dos valores realizado pela Psicologia Social, pois pretendemos aprofundar as investigações sobre as propostas de Pereira, Lima e Camino (2001) que desenvolvem uma abordagem societal para o estudo dos valores. Esses autores definem valores em termos de repertórios representacionais, cuja adesão poderia ser explicada em termos de identificações sociais (Tajfel, 1982).

Esta dissertação está dividida em cinco capítulos. O primeiro capítulo apresenta os objetivos, o objeto de estudo e a estrutura da dissertação. O segundo capítulo, descreve a teoria das representações sociais, destacando o seu conceito e campo de estudo, assim como o modelo de análise quantitativa das representações sociais, proposto por Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992; 1993). O terceiro capítulo apresenta as três teorias sobre os valores consideradas as mais importantes da Psicologia Social: a tipologia de Rokeach (1973), os tipos motivacionais de Schwartz (1992) e os valores materialistas e

pós-materialistas de Inglehart (1977; 1991). Além dessas, apresenta uma abordagem societal desenvolvida por Pereira, Lima e Camino (2001). O quarto capítulo descreve o estudo empírico desta dissertação e o quinto capítulo apresenta a discussão e conclusões feitas a partir dos nossos resultados.

Capítulo II – Atribuição e Representação Social

Este capítulo apresenta dois grandes eixos temáticos: o estudo das atribuições de causalidade e o das representações sociais. Iniciamos a discussão apresentando os principais trabalhos desenvolvidos no campo da atribuição. Em seguida, discutimos a teoria das representações sociais, ressaltando a análise quantitativa das representações sociais desenvolvida por Doise (1992; 1993). No cerne deste capítulo está a demonstração da articulação teórica existente entre esses dois conceitos seminais da Psicologia Social.

2.1. Teorias da atribuição

O conjunto de investigações sobre as explicações dadas pelas pessoas para o comportamento humano e acontecimentos sociais – suas atribuições de causalidade ou explicações do senso comum – denomina-se *teorias da atribuição*. Historicamente, três dessas teorias são consideradas centrais, a saber: a *Psicologia ingênua*, de Heider (1958), a *inferência correspondente*, de Jones e Davis (1965), a *covariação e configuração*, de Kelley (1967; 1972). Contudo, é importante ressaltar que essas teorias não podem ser consideradas rivais; pelo contrário, são complementares, já que analisam as atribuições sob perspectivas diferentes, como veremos a seguir.

2.1.1 A Psicologia ingênua ou do senso comum

O ponto de partida de Heider (1944) é a visão do indivíduo como um cientista ingênuo, que procura entender o mundo que o cerca, buscando explicações para o comportamento humano e os eventos sociais. Para o autor, as pessoas, em geral, inferem causas e efeitos para os eventos que ocorrem ao seu redor. As relações entre causas e efeitos constituem sistemas cognitivos de causalidade (Krech, Krutchfield & Ballachey,

1962), que, por sua vez, formam *teorias ingênuas* utilizadas para explicar o meio em que o indivíduo está inserido. Essas *teorias ingênuas* ou do senso comum dão ao indivíduo a percepção de predição e controle dos eventos físicos e sociais que o cercam.

Segundo Camino, Maciel, Brandão e Gomes (1996), “a análise dessas teorias seria importante porque as pessoas interpretariam os eventos sociais e agiriam neles a partir delas”(p.42). Assim, o entendimento do conjunto de *teorias ingênuas*, suas origens e mudanças são indispensáveis para a compreensão das relações interpessoais e intergrupais. As origens dessas teorias seguem dois princípios fundamentais (Heider, 1958), a saber:

- a organização coerente dos dados do mundo externo e dos dados do mundo interno (emoções, por exemplo) fornece ao indivíduo um equilíbrio cognitivo;
- a busca desse equilíbrio constitui o objetivo do indivíduo, ao procurar regularidades nos eventos sociais e naturais, o que, por sua vez, fornece a possibilidade de previsão desses eventos e de controle sobre eles.

Para Heider (1958), ao procurar explicações para um evento, o indivíduo utiliza apenas duas fontes de causalidade: as causas pessoais (ou internas) e as causas impessoais (ou externas). As causas pessoais podem ser atribuídas a dois fatores: a capacidade do sujeito e a sua motivação. Para ele, as causas impessoais só poderiam facilitar ou dificultar os eventos, uma vez que não teriam intencionalidade. Segundo esse autor, as duas fontes de causalidade determinam as crenças a respeito do ser capaz. Por exemplo, ao explicar a existência de um evento, digamos, o desemprego, o indivíduo pode pensar que ele existe apenas porque as pessoas não se esforçam para conseguir um emprego (causas pessoais). Ou ao contrário, ele pode pensar que o desemprego existe por causa da recessão econômica (causas impessoais).

Contudo, a distinção entre causas pessoais e impessoais tem recebido críticas importantes, as quais, segundo Hewstone (1996), podem ser organizadas em quatro categorias:

- não existe evidência clara de que as causas pessoais e impessoais podem ser atribuídas ao mesmo fato pelo mesmo indivíduo;
- na maioria das vezes, causas pessoais e impessoais são tão amplas que correriam o risco de não fazer sentido para os indivíduos;
- afirmações que implicam atribuições pessoais podem ser re-feitas, adquirindo o significado das atribuições impessoais (e vice versa);
- a validade de convergência entre medidas de atribuições pessoais e impessoais é baixa.

Contudo, em nosso entender, a principal crítica que pode ser feita ao trabalho de Heider (1958) refere-se ao fato de não ter analisado o processo atribucional concreto, ou seja, ele não analisou as explicações para os acontecimentos reais da vida do indivíduo. E justamente para analisar esse aspecto Jones e Davis (1965) propuseram a teoria da inferência correspondente, que será analisada a seguir..

2.1.2 A teoria da inferência correspondente

O pressuposto inicial do trabalho de Jones e Davis (1965) é o de que, em certas circunstâncias, as pessoas apresentam uma tendência maior para *inferir* que as intenções e disposições do indivíduo *correspondem* às suas ações. Ou seja, segundo esses autores, o objetivo do processo atribucional consiste na inferência que tanto o comportamento observado, como as intenções subjacentes a ele correspondem a qualidades

estáveis do indivíduo. Por exemplo, um comportamento hostil é creditado a um traço estável de hostilidade.

De acordo com Jones e Davis (1965), existem dois estágios principais no processo de inferência das disposições pessoais: a atribuição de intencionalidade e a atribuição de disposição. Assim, para inferir que qualquer consequência de uma ação é intencional, o observador deve acreditar que o indivíduo-ator sabia das consequências de sua ação e, além disso, ele teria as habilidades necessárias para a ação. Para inferir as disposições, o observador compara as consequências de cada uma das ações possíveis, usando o princípio da *não-comunalidade* dos efeitos. Nesse caso, uma inferência correspondente é feita quando a ação escolhida tem consequências únicas, ou seja, quando essas consequências são exclusivas da ação em questão.

Outro aspecto importante do trabalho de Jones e Davis (1965) refere-se ao fato que as inferências correspondentes são mais fortes quando as consequências da ação escolhida são indesejáveis socialmente. Ou seja, apenas os comportamentos que não confirmam as expectativas do observador são realmente informativos sobre o indivíduo-ator.

Jones e Davis (1965) também defendem a existência de dois tipos de vieses atribucionais, a saber: o motivacional e o cognitivo. O primeiro tem como princípio o envolvimento pessoal do observador nas ações do indivíduo-ator e inclui dois construtos inter-relacionados: a relevância hedonística (quando as consequências da ação afetam o bem-estar do observador) e a personalização (quando as intenções do ator têm uma relevância prazerosa para o observador). Já o viés cognitivo envolve a subestimação da influência dos fatores situacionais nas ações do indivíduo-ator.

Segundo Hewstone (1989), embora a teoria de Jones e Davis (1965) tenha recebido apoio empírico (por exemplo, de Jones & McGillies, 1976), ela possui quatro limitações, a saber:

- embora a teoria defenda que a atribuição de intenção deve preceder a inferência disposicional, algumas disposições são definidas em termos de comportamentos uni-intencionais; assim, a teoria é aplicável apenas a ações voluntárias e não a ações involuntárias (Kruglanski, 1975);
- a teoria não dá uma descrição detalhada da maneira como as pessoas realmente fazem atribuições;
- embora os comportamentos que não confirmam as expectativas sejam informativos, os que as confirmam também o são, como no caso das ações que conferem estereótipos;
- a maioria dos estudos realizados com base em seu marco teórico não inclui as atribuições de causalidade, pois, segundo Jones e Davis (1965) as atribuições de causalidade e os processos disposicionais devem ser mantidos conceitualmente distintos.

A seguir, veremos os trabalhos de Kelley (1967) nos quais é proposta outra teoria, denominada covariação e configuração.

2.1.3 Covariação e configuração

O pressuposto de Kelley (1967), ao propor o seu modelo para a investigação das atribuições, é semelhante ao de Heider (1958): o do indivíduo, como um cientista ingênuo, procurar explicar o meio que o cerca. Seu modelo baseia-se no princípio da

covariação, – para que dois eventos sejam percebidos como ligados em uma relação causal, eles devem co-variá. Se isso não acontece, eles não têm nenhuma relação causal (Kelley, 1967).

O princípio da covariação é utilizado por Kelley (1967) como uma analogia para a maneira como as pessoas inferem causalidade na sua vida diária. Esse autor defende que três fatores são essenciais na percepção da covariação e as relações entre eles determinam o tipo de causalidade atribuída a um comportamento específico. Esses três fatores são a consistência, a distintividade e o consenso.

A consistência refere-se à frequência com que o ator responde da mesma maneira a situações semelhantes. A distintividade relaciona-se ao fato de o ator responder de forma semelhante a situações diferentes ou se ele distingue situações diferentes. E, finalmente, o consenso diz respeito à maneira como outros atores respondem às situações semelhantes. As respostas a cada um desses fatores são dicotômicas (sim ou não) e resultam, conjuntamente, na atribuição da causalidade para a ação observada. É importante ressaltar que respostas diferentes para esses fatores levam a atribuições diferentes.

Uma atribuição pessoal ou disposicional é o resultado da percepção de altos níveis de consistência e distintividade e baixo consenso. Já uma atribuição impessoal ou situacional pressupõe o resultado da percepção de altos níveis de consistência e distintividade e consenso.

Hewstone (1989) ressalta que o princípio da covariação possui três limitações que devem ser analisadas:

- ele se limita como uma base para as inferências científicas sobre causalidade, porque realmente permite inferências falsas, baseadas em correlações;

- os participantes dos estudos realizados para investigá-lo recebem informações que covariam e que, na vida diária, não possuem, informações de mesma natureza;
- nem sempre as pessoas possuem habilidades para perceberem covariação entre eventos, e suas atribuições ficam, assim, dependentes de pré-concepções causais.

Na tentativa de responder a essas questões, Kelley (1972; 1973) reformula o princípio da configuração, propondo a existência de esquemas orientados para o raciocínio causal. Segundo Camino, Maciel, Brandão e Gomes (1996), esses esquemas causais correspondem a teorias ingênuas baseadas nas experiências e dizem respeito às possíveis relações de causa e efeito. Esses esquemas permitem ao indivíduo fazerem atribuições mesmo baseados em poucas informações sobre o evento observado.

Nas palavras de Kelley (1972)

um esquema causal é a concepção geral que sustenta uma pessoa acerca do modo como certas classes interagem para produzir uma classe específica de efeito. Todo esquema pode ser descrito em função de uma matriz hipotética de dados que resuma as crenças e suposições do observador acerca da distribuição do efeito sobre várias combinações de fatores causais (p. 151).

Os esquemas causais são acompanhados por dois princípios atribucionais: o do desconto e o da argumentação. No primeiro, uma possível causa para a ação é colocada

em segundo plano quando ela ocorre concomitantemente com outras possíveis causas. No segundo, quando duas causas possíveis contribuem para a ação, sendo uma com maior probabilidade para evocá-lo e outra para inibi-lo, existe uma tendência de se aumentar a importância da primeira causa, o que não ocorre se a segunda causa não estiver presente.

Contudo, apesar das vantagens da explicação para as atribuições com o uso dos esquemas causais, nela existem dois pontos críticos (Hewstone, 1989), a saber:

- a existência e o funcionamento dos esquemas, embora plausíveis, não são demonstrados diretamente;

- a concepção de esquema desvinculado de um contexto social mais amplo é limitado. Essa crítica relaciona-se intimamente à posição adotada pela perspectiva psicossocial e será aprofundada posteriormente.

Tomados em conjunto, os trabalhos de Heider (1944) Jones e Davis (1965) e Kelley (1967) discutidos anteriormente constituem os três pilares principais da teoria da atribuição. Esses trabalhos devem ser analisados como complementares, em vez de excludentes. Ao passo que Heider escreve sem dar tanta ênfase ao apoio empírico para suas idéias, Jones e Davis têm essa preocupação. Enquanto Jones e Davis analisam a construção de uma única atribuição, Kelley trabalha com o uso de informações adquiridas pelo observador em situações sociais diferentes. Assim, de forma complementar, esses autores fornecem uma grande gama de possibilidades para analisar como os indivíduos explicam o meio no qual estão inseridos.

Um importante pressuposto compartilhado por esses autores refere-se à concepção do indivíduo como um cientista ingênuo, que processa informações de forma racional e lógica, a fim de entender o seu meio. Assim sendo, pode-se afirmar que essas

teorias sejam prescritivas, descrevendo como as atribuições devem acontecer em vez de descrever como elas realmente acontecem. Talvez, como defendem Augoustinos e Walker (1995), devemos pensar as divergências sistemáticas dessas prescrições como constituindo vieses do processo atribucional. Nesse sentido, vamos analisar a seguir o que sejam esses vieses e as suas origens.

2.1.4 Avanços contemporâneos no campo da atribuição causal

Segundo Hewstone (1996), embora a fase áurea das pesquisas sobre as atribuições causais pareça ter passado, as pesquisas nessa área continuam de uma forma ou de outra, praticamente em todos os níveis da análise psicossocial. Contudo, antes de analisarmos mais profundamente os campos de pesquisa contemporâneos, faz-se necessário discutir o trabalho de Doise (1986), no qual são apresentados os diferentes níveis de análise existentes na Psicologia Social. Assim, segundo esse autor, as teorias que formam os instrumentos de investigação da Psicologia Social podem ser classificadas em quatro níveis, a saber:

- o nível intrapessoal, que evidencia os mecanismos pelos quais os indivíduos processam as informações;
- o nível interpessoal, que investiga os fenômenos sociais com base na dinâmica das relações interpessoais;
- o nível intergrupar, que analisa a influência exercida pela categorização social nos fenômenos sociais;
- o nível societal, que pesquisa os processos que levam as pessoas a compartilhar as crenças em uma determinada sociedade.

Hewstone (1989), seguindo Doise (1982), defende que as teorias da atribuição de causalidade podem também ser classificadas de acordo com os seus respectivos níveis de análise. Assim, no nível intrapessoal, as teorias da atribuição de causalidade dão origem à perspectiva da cognição social, que inclui os trabalhos sobre a lógica, o processo e os conteúdos das atribuições. Os tópicos estudados referem-se aos modelos detalhados de como o observador analisa diversas fontes de informações, a fim de explicar os fenômenos que o cerca.

No nível interpessoal, as pesquisas têm contribuído para o entendimento do papel das interações sociais para a atribuição. Aqui, esse entendimento seria central para a análise dos conflitos interpessoais, como no casamento, por exemplo (Fletcher & Fincham, 1991, citado em Hewstone, 1996). No nível intergrupais, as principais contribuições relacionam-se à constatação de que os membros de um grupo tendem a estabelecer atribuições de causalidade que favorecem o próprio grupo e desfavorecem os demais. Esse fenômeno, conhecido como o viés intergrupais (Tajfel, 1978), é considerado como o ponto central para os estereótipos e preconceitos, pela possibilidade da manutenção de crenças negativas sobre os outros grupos e seus membros. Assim, o entendimento das atribuições intergrupais têm implicações para a redução dos conflitos intergrupais.

Finalmente, no nível societal, as atribuições têm sido vistas como fazendo parte das representações sociais (Moscovici & Hewstone, 1983; Hewstone & Augoustinos, 1995). Para esses autores, as atribuições são concebidas como crenças amplamente compartilhadas sobre as causas de eventos sociais, como o desemprego, por exemplo. Hewstone (1989) defende que muito do que se estuda atualmente no nível da atribuição não é constituído por processos, mas sim por conteúdos cognitivos, que adquirem forma de crenças ou expectativas e que são compartilhadas por muitos membros de uma sociedade

ou cultura determinada. Esse autor afirma que, só com base no estudo das representações sociais, é que se pode compreender a *teoria da atribuição* uma vez que ela faz uma aproximação ao senso comum.

Como nosso interesse se dirige ao estudo da teoria da atribuição em comum com as representações sociais, a seguir, apresentaremos a *teoria das representações sociais*, desenvolvida por Serge Moscovici (1978), a partir do final dos anos 70.

2.2 As representações sociais

O conceito de *representação* tem uma longa história e está presente em diversas ciências sociais, desde o trabalho antropológico de Lévy-Bruhl (citado em Moscovici, 1988) que analisava as formas de representação do pensamento primitivo de sociedades tradicionais, até os trabalhos de Piaget sobre as formas pelas quais as crianças constroem as representações sobre o mundo na Psicologia Infantil. Mas a influência mais importante sofrida por Moscovici foi, sem dúvida, a do trabalho de Durkheim (1978) sobre as representações coletivas.

Inicialmente, Moscovici (1978) baseou o conceito de representação social na noção de Durkheim (1978) sobre *representações coletivas*. Durkheim usava esse termo para diferenciar o pensamento coletivo do individual. Para esse autor, as representações coletivas eram vistas como compartilhadas pelos membros de uma sociedade, sendo *sociais* na sua origem e desenvolvimento. Embora Durkheim (1978) inicialmente defendesse que as representações surgissem em um subgrupo de pessoas, ele também defendia que elas não poderiam ser estudadas no nível individual. Pelo contrário, as representações coletivas, como por exemplo os mitos, lendas e tradições são fenômenos com características distintas,

independentes dos indivíduos que as possuem, e que portanto, requerem explicações de nível societal.

Para Moscovici (1978), as representações sociais são as idéias, pensamentos, imagens e conhecimentos que os membros de um grupo compartilham: universos consensuais de pensamento, criados e comunicados socialmente e que formam uma *consciência comum* do grupo. Elas se referiam ao acúmulo de conhecimento e informação comuns que os indivíduos compartilham e que formam as teorias do senso-comum sobre o mundo social. As representações são formadas por elementos conceituais e por imagens por meio das quais os membros de uma sociedade constroem a sua realidade social. Moscovici (1978) define as representações sociais assim: “representações sociais são sistemas cognitivos que possuem sua própria lógica e linguagem. Elas não representam apenas opiniões, imagens ou atitudes sobre alguma coisa. Representações são teorias ou conjuntos de conhecimentos que descobrem e organizam a realidade” (p. 12).

Em Moscovici (1988),

as representações sociais se relacionam com o conhecimento da vida diária e com o acúmulo de idéias que dá coerência às nossas crenças religiosas, idéias políticas, etc. Elas tornam possível a comparação e explicações de comportamentos dentro de nossa realidade social. Elas tanto estão na *mente* das pessoas como também estão no mundo social. (p. 214)

Fica claro que a ênfase no *cognitivo* constitui uma característica importante da teoria das representações sociais, e o pensamento humano é considerado como um

ambiente sempre presente e sempre em mutação. As representações seriam tidas como mediadoras e determinantes das atividades cognitivas, dando a essas atividades forma e sentido.

As representações sociais vão desde estruturas hegemônicas, compartilhadas por sociedades inteiras até estruturas diferenciadas de conhecimento que só são compartilhadas por subgrupos de uma sociedade (Moscovici, 1988). As primeiras são altamente coercitivas, por meio da sua reprodução contínua e histórica e são semelhantes às representações coletivas de Durkheim (1978). Elas são mais freqüentes em pequenas sociedades tradicionais e seria mais difíceis de encontrar nas modernas sociedades industrializadas.

Moscovici (1978) argumenta também que a noção de Durkheim (1978) das representações coletivas é um tanto quanto estática e a das representações sociais deve ter como uma das características principais a plasticidade, caracterizando-as como estruturas dinâmicas: “existe a necessidade contínua de reconstruir o senso comum sem a qual a sociedade não poderia interagir” (Moscovici, 1984, p. 19). Para ele, uma vez *criadas*, as representações funcionam como *entidades autônomas*:

elas possuem vida própria, circulam, emergem, atraem e repelem umas as outras, e dão origem à novas representações enquanto as velhas vão desaparecendo, sendo compartilhadas por todos e fortalecidas pela tradição, elas constituem uma realidade social especial. Quanto mais as suas origens são esquecidas e sua natureza convencional ignorada, mais fossilizada elas – as representações sociais – se tornam (Moscovici, 1984, p. 13).

O conceito de representação social de Moscovici (1988) difere do conceito de representação coletiva de Durkheim (1978), pela ênfase que é dada à sua natureza dinâmica e mutável e também por levar em consideração as diferentes representações dos diferentes grupos que formam as sociedades modernas ocidentais (Moscovici, 1988). Para esse autor, é por intermédio das representações sociais, que os grupos estabelecem suas identidades e se diferenciam entre si. Da mesma forma que Durkheim (1978), Moscovici (1978) argumenta que a tarefa primária da Psicologia Social deve ser a de estudar as origens, estruturas e dinâmicas das representações sociais e seu impacto na sociedade, ou seja, a natureza do pensamento societal (Moscovici, 1984). Para ele, da mesma forma que a sociedade pode ser considerada um sistema econômico e político, também deve ser vista como um *sistema pensante* (Moscovici, 1988). Assim, a Psicologia Social deveria se preocupar primordialmente com esse fenômeno e se tornar uma *antropologia da cultura moderna* (Moscovici, 1988, p. 34).

O papel das representações sociais é o de convencionalizar objetos, pessoas e eventos e localizá-los em um contexto categorial familiar. Elas são também prescritivas por natureza: determinadas por tradições e convenções, elas se impõem à atividade cognitiva. Frequentemente, não estamos conscientes dessas convenções e, portanto, também não somos conscientes dos preconceitos e da determinação social dos nossos pensamentos, preferindo vê-los como senso-comum. Na verdade, Moscovici une o estudo das representações sociais ao estudo do senso-comum, tornando sua abordagem bastante semelhante ao trabalho de Berger e Luckmann (1973) sobre a construção social da realidade.

Além da natureza consensual, o que torna as representações em *sociais* é sua origem e desenvolvimento, por meio das interações e comunicações entre indivíduos e seus grupos. Elas se originam na comunicação social e constroem o entendimento do mundo social, tornando possível a comunicação entre os grupos que compartilham as mesmas representações. Para a *teoria das representações sociais*, o mais importante no estudo das cognições sociais é a análise dessas comunicações e interações intergrupais.

Para Moscovici (1984) existem dois processos centrais no desenvolvimento de representações sociais: a ancoragem e a objetivação. Esses são os processos pelos quais objetos, eventos e estímulos desconhecidos se tornam conhecidos. O propósito de todas as representações sociais é justamente tornar familiar o desconhecido. Moscovici (1984) dá importância primordial à necessidade de os indivíduos organizarem compreensivamente seu mundo social, caso contrário, ele se torna assustador. Essa busca de entendimento faz-se por meio daquilo que o indivíduo já sabe:

as imagens, idéias e linguagens compartilhadas por um grupo sempre parecem que ditam a direção inicial e as estratégias pelas quais ele – o grupo – lida com o desconhecido. O pensamento social deve mais às convenções e memórias do que à razão. (Moscovici, 1984, p. 26).

Nesse sentido, iremos abordar em seguida como ocorre o processo de ancoragem para esse autor.

2.2.1 Ancoragem

A ancoragem refere-se à classificação e nomeação de objetos desconhecidos por meio da comparação com categorias sociais já conhecidas (Moscovici, 1978). Ao fazermos isso, nós comparamos o desconhecido com um protótipo ou modelo e assim começamos a entendê-lo. Quando comparamos duas ou mais coisas, nós decidimos se são semelhantes ou não. Se decidimos que essas coisas são semelhantes, o desconhecido adquire as características do protótipo. Quando existem discrepâncias entre eles, o objeto desconhecido é re-ajustado, a fim de ir se tornando semelhante ao modelo. Assim, a classificação e a nomeação sempre envolvem a comparação entre objeto desconhecido e protótipos.

Moscovici refere-se à nomeação e à rotulação da nossa cultura ocidental como sendo uma *tendência taxionômica*. O processo de rotulação adquire assim um significado solene, porque insere o desconhecido na matriz societal em que o indivíduo vive. Só depois disso é que ele pode ser representado socialmente. Portanto, por meio desse processo de categorização nós não apenas organizamos e compreendemos o mundo social como também o avaliamos positivamente ou negativamente (Moscovici, 1984).

Outro processo importante no conceito de representação social é a objetivação, que apresentaremos em seguida.

2.2.2 Objetivação

A objetivação é o processo pelo qual um objeto desconhecido ou noções abstratas, idéias e imagens são transformadas em realidades concretas e objetivas. Segundo Moscovici (1984), objetivar diz respeito a maneira pela qual materializamos em imagens concretas aquilo que é puramente conceitual.

O estudo seminal de Moscovici (1978) sobre a difusão da Psicanálise no seio da sociedade francesa é basicamente um estudo do processo de objetivação. Ele demonstra como as pessoas leigas adotam noções freudianas, como por exemplo complexo e neurose, e as utilizam para explicar seus próprios comportamentos e os dos outros. Nesse uso, esses conceitos e categorias analíticas são transformadas em entidades objetivas com propriedades físicas dando-lhes uma existência independente. Assim, noções abstratas como mente ou ego seriam percebidas como entidades físicas e neuroses e complexos construídos como condições objetivas que afligem os indivíduos.

Portanto, a análise dessas definições permite pensar que o processo de objetivação refere-se primariamente à tendência humana de simplificar informações complexas em um núcleo figurativo de elementos cognitivos que são guardados na memória e acessados quando necessários.

2.2.3 As representações sociais no contexto intergrupais

Um grande número de trabalhos empíricos tem investigado a afirmação de Moscovici (1978) de que as diferentes categorias sociais que compõem uma dada sociedade possuem também representações sociais diferentes sobre seus mundos sociais. E essas representações compartilhadas são fundamentais ao estabelecimento das identidades grupais (Moscovici & Hewstone, 1983). O estudo de Hewstone, Jaspars e Lalljee (1982) sobre as estruturas representacionais diferentes de estudantes ingleses oriundos de escolas públicas ou privadas e a pesquisa de Di Giacomo (1980) sobre as linguagens diferentes utilizadas por estudantes universitários e por líderes de movimento estudantil belga serão analisados a seguir, a fim de investigar a afirmação de Moscovici (1978).

O trabalho de Hewstone *et al.*, (1982) têm como objetivo demonstrar a natureza dialética das relações entre representações sociais, identidade social e atribuições intergrupais. Essa pesquisa foi conduzida, utilizando dois grupos ingleses com uma história de conflito intergrupais: estudantes oriundos de escolas públicas ou privadas. Dadas as diferenças de *status* e da rivalidade tradicional entre esses dois sistemas educacionais, era esperado que esses estudantes tivessem uma representação social bem definida sobre eles próprios e sobre o outro grupo. Os resultados demonstram que, de uma maneira geral, essas representações sociais são bem diferentes em cada grupo e de primordial importância para o desenvolvimento da identidade social de cada um dos grupos. Essa pesquisa é importante para o nosso trabalho, porque demonstra a importância de levar em consideração a estrutura intergrupais da sociedade no estudo das representações sociais.

O trabalho de Di Giacomo (1980) investigou as representações sociais sobre um movimento de protesto dos estudantes da Universidade Católica de Louvain, na Bélgica. O objetivo do movimento era desafiar a política do governo belga de aumentar anualmente as taxas de matrículas das universidades e reduzir as bolsas de estudos e os orçamentos das universidades. Esse autor comparou as representações sociais dos estudantes sobre esse movimento, com os objetivos defendidos pelo movimento para tentar entender o fracasso da mobilização estudantil, apesar da forte oposição pública às políticas oficiais. Seus resultados demonstram que esse fracasso deveu-se ao fato de que os estudantes e os líderes estudantis, de uma maneira geral, não possuem o mesmo conteúdo representacional sobre o movimento. Ou seja, os estudantes e os líderes tinham representações diferentes na questão da luta: por exemplo, enquanto os estudantes estavam falando de melhores condições de estudo concretas (bibliotecas, bons professores, etc.), os líderes enfatizavam mais as questões políticas (mais verbas para educação, por exemplo).

Desde a publicação do trabalho original de Moscovici (1978), a teoria das representações sociais tem sofrido inúmeras críticas tanto conceituais quanto metodológicas (Augoustinos & Walker, 1995; Jahoda, 1988; Potter & Linton, 1985). Camino (1996) e Vala (1996), por exemplo, ressaltam a importância de se articular o estudo das representações sociais com o conceito de minorias ativas (Moscovici & Faucheux, 1972) e com a teoria da identidade social (Tajfel, 1982). Uma abordagem teórica que operacionaliza essas articulações pode ser encontrada no trabalho de Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992; 1993) que defendem o estudo das representações sociais com diferentes níveis de análise. A seguir, discutiremos esse trabalho, ressaltando suas principais contribuições para o estudo das representações sociais.

2.3 Níveis de análise das representações sociais

Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992; 1993) apresentam uma alternativa aos problemas metodológicos das representações sociais, buscando fundamentar sua abordagem na utilização de várias técnicas no estudo da representação social.

Esses autores defendem que, ao investigar as representações sociais, devem-se considerar três níveis de análise, articulando as regulações sociais e os modos de funcionamento cognitivo. Para esses autores, os estudos recentes em representação social levam a reconsiderar o papel das técnicas de análise de dados e de análises estatísticas que permitem a operacionalização das relações entre as dinâmicas coletivas e cognitivas. Os

três níveis de análise são: a organização do campo representacional, os princípios organizadores das diferenças individuais e a ancoragem social.

2.3.1 A organização do campo representacional

O processo de objetivação consiste na materialização do abstrato em um objeto palpável, em que se encontra a identidade como saber compartilhado, em que a generalização das definições do Eu vem das pertencas sociais. Trata-se de um processo dotado de operações cognitivas, tais como a seleção, a categorização e a esquematização (Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1993). Esse processo é freqüentemente explicado pelos teóricos da cognição social como falhas no processamento da informação. Neste sentido, esta base cognitiva é própria da estrutura individual, materializada nos estereótipos e nos processos de auto-favoritismo (Fiske & Taylor, 1984)

A organização do campo representacional é um dos aspectos que devem ser analisados, ao se utilizar o modelo quantitativo das representações sociais. Refere-se à maneira pela qual um objeto abstrato é transformado em um esquema figurativo (Moscovici, 1978; Sá, 1993), ou ainda, um processo dotado de operações cognitivas, que são a base da estrutura individual materializada nos estereótipos e processos de auto-favoritismo (Fiske & Taylor, 1984).

Esta base individualista opõe-se contudo, à teoria das representações sociais, pois considerando-se que vieses ou erros originam-se do conhecimento diário, percebe-se que o pensamento social é o gerador do raciocínio individual. Assim, os produtos da cognição são mais o resultado da interação das regulações sociais no conhecimento comum, do que falhas no processo de informação (Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1993; Vala, 1993).

2.3.2 Os princípios organizadores das diferenças interindividuais

O primeiro aspecto observado, segundo Doise (1986), é que os princípios que organizam os processos simbólicos das variações de identidade, ou seja, as imagens que os indivíduos possuem de si mesmos, por mais semelhantes que sejam, variam de um indivíduo para outro.

O segundo aspecto a ser analisado no modelo quantitativo das representações sociais diz respeito aos princípios organizadores das diferenças interindividuais.

Para tornar mais clara a análise, torna-se necessário conceituar o que seja *representação social*, que pode ser definida como princípios que fundamentam o posicionamento dos indivíduos ligados por uma mesma inserção social (Doise, 1986), possuindo a função de atualizar as categorias de comunicação nos vários contextos sociais.

Os princípios organizadores indicam que cada pessoa possui alternativas advindas especificamente do campo social, ou seja, a sociedade é um sistema que promove uma pluralidade de opções, e não uma uniformidade de opiniões.

Diante das relações intergrupais, os princípios organizadores são compostos por dicotomias, processos de adaptações e de assimilações, o que corresponde, nesse sentido, a processos de diferenciação categorial.

Pereira (2000), comentando Moscovici (1978), assinala que, se as representações sociais estão estruturadas nos sistemas de opinião, atitude e nos estereótipos, presume-se também que as pessoas se diferenciem em relação ao grau de adesão aos elementos desses sistemas. Sob essa égide, as representações são princípios organizadores que regulam as relações simbólicas e, ao mesmo tempo, produzem variações e diferenças sistemáticas interindividuais e intergrupais (Doise, Clémense & Lorenzi-Cioldi, 1993). Para

que estas variações sejam claras, o modelo quantitativo das representações sociais sugere duas técnicas de análise de dados: a análise fatorial e a *INDISCAL* (modelos de diferenças individuais). A análise fatorial deve basear-se em uma matriz de correlações, cujos fatores explicam como as pessoas se posicionam em relação às questões sociais. E a *INDISCAL* também é necessária, ainda, que a análise leve em consideração as dimensões polares subjacentes ao posicionamento de cada indivíduo em um dos pólos, o que corresponde a técnica do modelo de *distância euclidiana*.

De acordo com Doise (1993), um problema principal com o estudo da representação social é que a matéria-prima delas compõe-se de coleções de opiniões individuais, atitudes ou preconceitos, cujos princípios organizadores (comuns a grupos de indivíduos) devem ser compostos juntos. Precisamente por essa razão, é essencial usar os tipos diferentes de métodos de análise de dados descritos em seu livro. Estes agrupam-se de acordo com a sua contribuição ao estudo dos conceitos expostos no livro, mas analisando seu uso atual, essas técnicas também permitem enriquecer a teoria da representação social, especialmente ao tratar representação social como princípios organizadores de variações em posições de diferenças individuais.

2.3.3 A ancoragem social dos princípios organizadores das diferenças individuais

A ancoragem social dos princípios organizadores das diferenças individuais refere-se ao terceiro aspecto de análise do modelo quantitativo das representações sociais. Ancoragem, para Doise, (1986; 1992), Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi, (1993) e Moscovici, (1978), corresponde a um processo que consiste na incorporação de novos elementos do conhecimento a uma rede de categorias familiar (Pereira, 2000), podendo ser estudada como referencial de três diferentes perspectivas.

A primeira análise realiza-se por meio das visões individuais, as quais são desenvolvidas na estruturação do ambiente social. A segunda é estudada pelo posicionamento e identificação de cada pessoa com certos grupos, ou seja, na estrutura social. E a terceira pode ser analisada em sua relação com os valores.

Para Moscovici (1978), os valores são importantes para o estudo das representações sociais, pois ancoram e fundamentam as avaliações que cada um, isoladamente ou em grupo, faz dessas questões sociais. Isto não quer dizer que para Moscovici (1978), os valores são preditores das representações sociais e sim que eles podem servir de justificativas para as representações sociais.

Portanto, diante de tudo o que foi apresentado e discutido até o presente, este trabalho tem como objetivos investigar:

- a organização do campo representacional dos estudantes universitários no que se refere às atribuições do desemprego;
- os princípios organizadores das diferenças interindividuais no que se refere as atribuições do desemprego;
- a ancoragem social dos princípios organizadores das diferenças individuais— aspecto que será estudado com base nas relações entre as atribuições e a adesão dos estudantes a valores sociais.]

De acordo com o que foi discutido no capítulo anterior, a análise quantitativa das representações sociais pressupõe a investigação das suas ancoragens em três perspectivas: as diferentes visões que os indivíduos desenvolvem sobre a estruturação de seu ambiente social, os diferentes posicionamentos dos indivíduos na estrutura social e a adesão a sistemas de valores (Doise, 1986; Doise, 1992; Doise, Clémence & Lorenzi-Cioldi, 1993).

No próximo capítulo apresentaremos os principais modelos de investigação sobre valores desenvolvidos com base na Psicologia Social e também uma proposta teórica-metodológica que vem sendo desenvolvida no Brasil.

Capítulo III – Os Valores na Psicologia Social

Este capítulo tem como objetivo discutir os diferentes modelos de análise sobre valores desenvolvidos na Psicologia Social. Iniciamos com a apresentação do trabalho de Rokeach (1968), considerado o pioneiro do estudo dos valores com base na Psicologia Social. Em seguida, discutimos o estudo de Shalom H. Schwartz, desenvolvido a partir do início dos anos 80 e que é utilizado em um grande número de trabalhos realizados em diversos países, incluindo-se o Brasil. Em uma perspectiva diferente, discutimos o trabalho de Inglehart (1977), que defende que a adesão do indivíduo a determinados valores é influenciada pelo desenvolvimento político-econômico da sociedade onde vive. Finalmente, apresentamos os estudos de Pereira, Lima e Camino (2001) e a perspectiva psicossocial, que defende que os valores são qualidades desejáveis socialmente, valores que compõem os elementos representacionais produzidos nas relações políticas, econômicas e históricas dos grupos que constituem uma sociedade. Encerramos o capítulo discutindo as relações entre valores e atribuições, apresentando as questões empíricas que nortearam o desenvolvimento deste trabalho.

3.1 Milton Rokeach

Rokeach (1973) formula a definição de valor mais utilizada em Psicologia nos anos 70 e 80, do século XX. Para ele, os valores “são crenças relativamente estáveis de que um determinado modo de conduta ou finalidade de existência é preferível, social ou individualmente, a outro” (p.5). Esse autor enumera cinco pressupostos sobre a natureza dos valores humanos: a) o número total de valores que uma pessoa possui é relativamente pequeno; b) todos os homens, em todos os lugares, possuem os mesmos valores em graus diferentes; c) os valores são organizados em sistemas de valores; d) os antecedentes dos

valores humanos podem ser traçados na personalidade, nas instituições, na sociedade e na cultura; e) os valores humanos influenciam os fenômenos que os cientistas sociais podem considerar importantes para a investigação e para a compreensão desses fenômenos. Esses pressupostos também representam um grupo de razões para argumentar que o conceito de valor, mais do que qualquer outro, deve ocupar uma posição central em todas as ciências sociais.

Retomando Aristóteles, Rokeach (1973) considera importante distinguir entre os modos preferíveis de conduta dos estados finais da existência, e os valores que representam meios de alcançar o desejável dos valores que representam fins no próprio desejável, isto é, os valores instrumentais dos valores terminais. Desse modo,

Um valor instrumental é definido como um valor que é utilizado como meio de alcançar um estado de existência que seja um fim em si mesmo. Já um valor terminal é definido como um valor que assume um caráter absoluto, sendo pessoal e socialmente preferível dentre várias situações referentes a vários objetos. (Rokeach, 1973, p.7)

Rokeach (1968) enumera 12 valores instrumentais e 12 valores terminais. Os valores instrumentais formulam-se sob a forma de adjetivos e os valores terminais sob a forma de substantivos. Os 24 valores foram organizados por ordem alfabética em dois blocos (valores instrumentais e valores terminais); após o que foi solicitado pediu-se aos sujeitos que colocassem em ordem de importância os valores como princípios organizadores de suas vidas. Com esse procedimento, Rokeach (1968) construiu a *forma A*

da sua escala de valores, a qual obteve um coeficiente de fidedignidade igual a 0,60 no teste-reteste.

Mais tarde, Rokeach (1973) ampliou a lista de 24 valores para 36, acrescentando, para tanto, seis valores instrumentais e seis terminais. Essa é a *forma D* da escala, que obteve um coeficiente de fidedignidade igual a 0,70 no teste-reteste. Essa escala está apresentada no quadro I.

Quadro I

Valores terminais e instrumentais da escala de Rokeach (1968), na Forma D

Valores Terminais (substantivos)	Valores Instrumentais (adjetivos)
Amizade verdadeira	Honesto
Amor maduro	Responsável
Auto-respeito	Capaz de perdoar
Felicidade	Mente aberta
Harmonia interior	Corajoso
Igualdade	Prestimoso
Liberdade	Elegante
Prazer	Competente
Reconhecimento social	Amoroso
Sabedoria	Alegre
Salvação	Auto-suficiente
Segurança da família	Polido
Segurança nacional	Intelectual (inteligente)
Sentimento de realização	Obediente
Um mundo de beleza	Racional
Um mundo de paz	Imaginativo
Uma vida confortável	Auto-controlado
Uma vida excitante	Ambicioso

Fonte: Gunter, 1981

A perspectiva de Rokeach (1968) sofreu diversas críticas (Braithwaite & Law, 1985; Perron, 1987; Schwartz & Bilsky, 1990) e a principal refere-se ao fato de o pesquisador não saber se o sujeito entrevistado, em suas respostas, considera a série total de valores ou somente alguns dentre eles. A segunda crítica diz respeito à noção de valores

instrumentais e terminais. Schwartz e Bilsky (1990) consideram que essa distinção teórica é arbitrária, tendo em vista que um fim pode tornar-se um meio e vice-versa, dependendo do contexto. Esses dois autores desenvolveram, a partir do final da década de 80, um novo modelo de análise que será discutido a seguir.

3.2 Shalom Schwartz

Com base nas escalas de Rokeach (1968), Schwartz e Bilsky (1987, 1990) formularam sua teoria sobre as motivações subjacentes aos valores individuais. Os autores basearam-se no pressuposto de que o indivíduo busca satisfazer três necessidades universais ao incorporar os diversos valores: necessidades de indivíduos como organismos biológicos; necessidade de coordenação nas interações sociais e necessidades de sobrevivência e bem-estar do grupo. Esses autores derivam dessas necessidades universais as definições para os oito tipos motivacionais de valores a saber: realização, prazer, maturidade, pró-social, conformidade restrita, segurança, auto-direção e poder social. A idéia de relacionar valores às necessidades está implícita em Maslow (1954) ao falar de sua teoria sobre a hierarquia das necessidades. Esse autor não distingue valor de necessidade, porém, deixa claro que as necessidades influenciam o comportamento humano, por fim o homem expande suas necessidades ao longo da vida. Ressalta ainda que, conforme o ser humano satisfaz uma necessidade básica, surgem outras mais elevadas no comportamento do indivíduo. Dessa forma, pode-se perceber a relação entre o modelo de Schwartz e Bilsky (1987, 1990) e o de Maslow (1954) ao construir sua teoria sobre os tipos motivacionais de valores com base nessas necessidades universais.

A universalidade do conteúdo psicológico e da estrutura dos valores humanos da teoria de Schwartz e Bilsky (1987) foi examinada com dados da Austrália, Finlândia,

Hong Kong, Espanha e Estados Unidos. A análise do menor espaço (SSA) das classificações da importância que os indivíduos atribuíam aos valores revelam os mesmos sete tipos de valores motivacionais em cada amostra, emergindo antecipadamente nas amostras da Alemanha e de Israel: realização, prazer, maturidade, pró-social, conformidade restrita, segurança, auto-direção. Estudado somente em Hong Kong, o poder social também emergiu. As relações estruturais entre os tipos de valores sugerem que dinâmicas motivacionais subjacentes às prioridades de valores das pessoas são similares nas sociedades estudadas, com exceção de Hong Kong. Prevalecem os interesses a que servem os valores (individual x coletivo) e seus tipos de objetivos (instrumental ou terminal).

O artigo de Schwartz e Bilsky (1990) foi o primeiro que apresenta seu modelo de forma mais estruturada, o qual depois sofreu algumas modificações (Schwartz, 1992), pretendendo teoricamente especificar: as facetas ou dimensões conceituais necessárias para definir os valores humanos; diferentes domínios de conteúdo dos valores em culturas distintas, exemplos de valores para cada domínio e relações estruturais entre domínios de valores diferentes. Vale lembrar que, ao analisar os valores individuais, Schwartz (1992) inicialmente tentou verificar se existia uma estrutura universal, porque sem essa estrutura as investigações transculturais sobre valores seriam inviáveis. Dessa forma, o autor desenvolveu um instrumento de medida para os valores, o qual é composto por 56 itens (dos quais 36 são oriundos da escala de Rokeach, 1973), e os respondentes devem avaliar o quanto cada um dos 56 valores é importante como princípio organizador da sua vida pessoal. Essa avaliação é feita por meio de uma escala tipo Likert, que varia de -1 (oposto aos valores do indivíduo) a +7 (suprema importância), passando pelo zero (nenhuma importância). É pertinente, neste momento, ressaltar que a estrutura dos valores humanos se

refere à organização conceitual de valores sobre a base das suas similaridades e diferenças.

De fato, em diferentes culturas, os 56 valores organizam-se em dez tipos motivacionais:

poder – controle ou a dominância sobre os outros, formado por valores como *status*, prestígio;

realização – sucesso pessoal, formado por valores como êxito, capacidade, ambição, influência;

hedonismo – sentimento de prazer e de gratificação com o próprio eu, formado por valores como prazer, vida estimulante;

auto-direção – capacidade de independência do pensamento, das ações e das escolhas, formada por valores como criatividade, liberdade, independência, curiosidade, inteligência;

universalismo – capacidade de compreensão, de tolerância, de apreciação e de proteção do bem-estar de todas as pessoas e da natureza, formada por valores como justiça social, tolerância, igualdade, um mundo de paz, um mundo de beleza, proteção ao meio ambiente;

benevolência – busca da preservação e da acentuação do bem-estar das pessoas afetivamente próximas, formada por valores como prestimosidade, honestidade, generosidade, lealdade, responsabilidade, verdadeira amizade;

tradição – sentimento de respeito e aceitação dos costumes e idéias da cultura e da religião, formado por valores como humildade, devoção, respeito pela tradição;

conformidade – busca da contenção dos impulsos de transgressão das normas sociais, formada por valores como cortesia, auto-estima, respeito;

estimulação – busca de excitação, de inovações e de desafios na vida, formada por valores como ousadia, uma vida excitante, uma vida variada;

segurança – defesa da harmonia e da estabilidade da sociedade, das relações e do eu, formada por valores como seguranças da família, segurança da nação, proteção da imagem pública (Schwartz & Bilsky, 1987).

Schwartz (1992) constatou, ainda, que esses dez tipos de valores se organizam em razão de duas dimensões de ordem superior que representam os *valores* interesses individuais, coletivos e mistos: abertura a mudanças *versus* conservação e auto-transcendência *versus* auto-promoção.

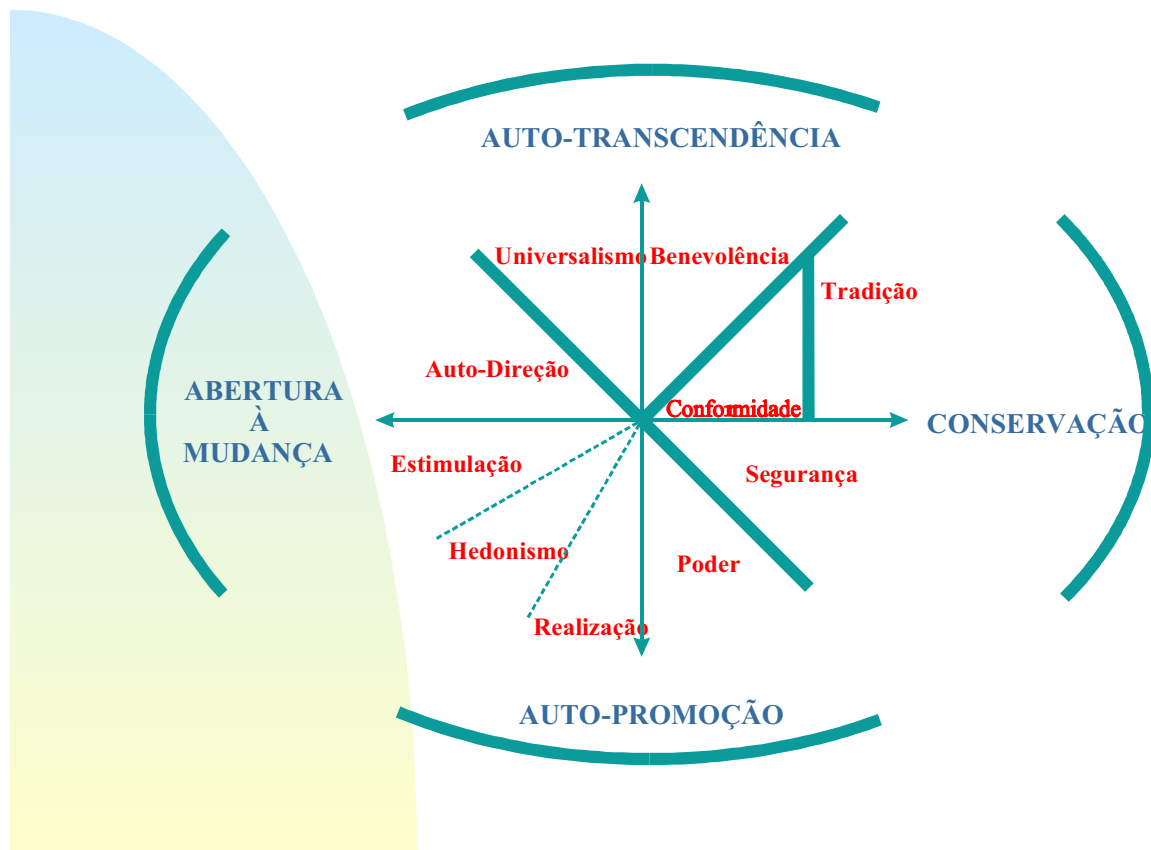


Figura 1. Modelo teórico proposto por Schwartz (1992) acerca das relações entre tipos motivacionais de valores e dimensões bipolares

Na figura 1, pode-se verificar a relação de conformidade e conflito da estrutura motivacional de valores humanos: A primeira dimensão refere-se à abertura a mudanças *versus* conservação, que trata de valores opostos que enfatizam o pensamento independente, próprio; ações e mudanças de direção e estímulo *versus* valores, que enfatizam regras de auto-restrições, preservação das práticas tradicionais e manutenção da estabilidade. A segunda dimensão evidencia a autotranscendência *versus* autopromoção:

são valores opostos, que enfatizam a aceitação de outros indivíduos como iguais, interessando-se pelo seu bem-estar, em detrimento de valores que enfatizam a perseguição do relativo sucesso de alguns e dominância sobre outros

Apesar de grande número de trabalhos utilizar o modelo de Schwartz (1992), ele não está livre de críticas. Por exemplo, Feather (1995) argumenta que a influência dos valores se dá pela percepção que se tem da atração ou aversão de objetos e eventos específicos em cada situação e não apenas pelo fato de os valores em si influenciarem o comportamento e as atribuições que as pessoas realizam, como é o proposto pelo modelo dos tipos motivacionais.

Quanto à pergunta “quão importante é cada um dos valores abaixo como princípios organizadores de sua vida?”, do modelo teórico de Schwartz (1992), Feather (1995) formula outra crítica, considerando ilusória a fundamentação de que os valores ou tipos motivacionais atuam de modo indiscriminado sobre os contextos econômicos, políticos, culturais e sociais. Outra crítica ao modelo de Schwartz (1992) diz respeito ao seu dualismo explícito, notadamente a pressuposição de que possam existir domínios de valores individuais que se opõem a valores sociais. Esse conjunto de críticas apontam a necessidade de considerarmos outros tipos de explicações para os valores, tais como explicações mais societais, como a de Inglehart (1977), que veremos a seguir.

3.3 Ronald Inglehart

O ponto de partida de Ronald Inglehart (1977) diz respeito à reflexão de que os valores, apesar de serem individuais, devem representar também o grau de desenvolvimento sócio-tecnológico da sociedade na qual o indivíduo vive. Esse autor desenvolve o seu modelo com base em uma perspectiva sociológica e propõe uma

taxonomia que diferencia os valores materialistas dos pós-materialistas. A principal hipótese dessa taxonomia é a de que as sociedades que atingiram um certo grau de resolução dos problemas de estabilidade econômica, segurança e organização política, tendem a valorizar as metas pós-materialistas, e as que ainda não resolveram problemas sociais básicos priorizam as metas materialistas. Assim, a adesão a valores pós-materialistas apresenta correlação negativa com a valorização do sistema materialista.

Inglehart (1977) baseia na teoria de Maslow (1954) sobre a hierarquia de necessidades humanas, que pressupõe que as necessidades humanas estejam organizadas na forma de uma pirâmide, cuja base comporta as necessidades fisiológicas e que, conforme caminham para o seu topo, as necessidades tornam-se cada vez mais sociais. Ressalte-se que Maslow (1954) organiza as necessidades em cinco categorias (fisiológicas, segurança, sexual, afetiva e auto-realização).

Inglehart (1977) propõe, a princípio, uma classificação diferenciando dois grupos de valores: os materialistas, que agregam a satisfação das necessidades básicas, coesão social e crescimento econômico; e os pós-materialistas, que evidenciam as preocupações em nível social e individual com a qualidade de vida, realização no trabalho, a vida comunitária e a justiça política. Posteriormente, ao reinterpretar as teses de Weber (1904/1994, citado em Inglehart, 1990) sobre o desenvolvimento do capitalismo, Inglehart (1994) considera que nos valores modernistas se encontra o diferencial entre os valores espirituais e materiais. Seu modelo, portanto, tem uma organização bipolar, em que cada pólo possui um grupo de valores. Ou seja, esse autor não vê a possibilidade do indivíduo aderir fortemente, ao mesmo tempo, aos dois sistemas de valores. A representação gráfica de seu modelo pode ser vista na figura 2.

Segundo Schwartz (1992), a origem dos valores são as motivações humanas independente da situação histórica do indivíduo. Embora Inglehart (1977) também fale das necessidades humanas, ele defende que elas mudam de acordo com o contexto histórico e que a adesão individual a certos valores, em detrimento de outros, reflete justamente as mudanças sócio-econômicas de uma dada sociedade.

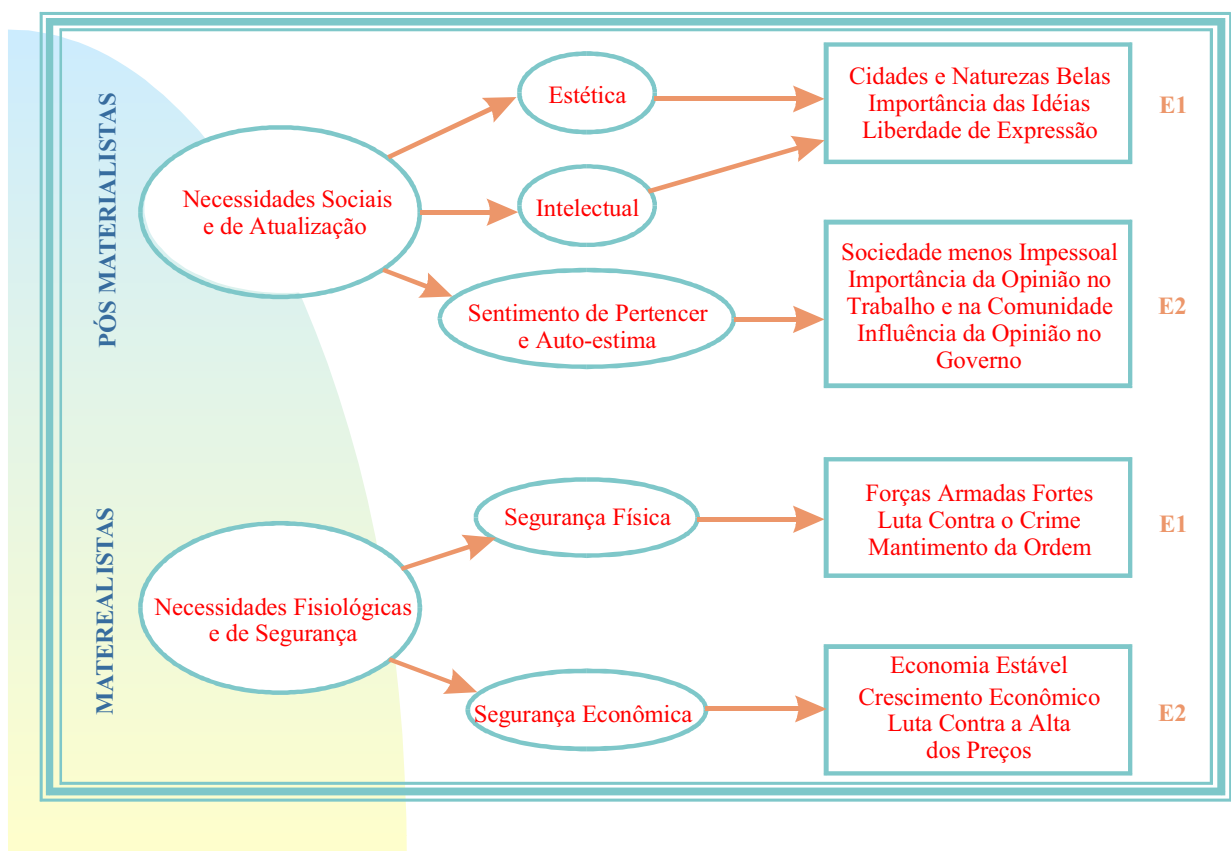


Figura 2. Tipologia dos valores materialistas e Pós-Materialistas (Inglehart, 1991)

Arraigada nas diferenças originadas pelas principais mudanças históricas, a dimensão materialista e pós-materialista representa um eixo que polariza as diversas culturas ocidentais, tais como as diferenças entre países ricos e pobres, desenvolvidos e subdesenvolvidos. No nível político, essa dimensão representa uma das várias formas das

maneiras como os grupos expressam seu posicionamento político, pois os esquerdistas valorizam mais os valores pós-materialistas e os direitistas atribuem um grau de simpatia maior aos valores materialistas (Inglehart, 1991).

Além de existirem particularidades significativas entre o modo como as diferentes culturas, pela própria dimensionalidade, respondem a um mesmo grupo de questões, ocorre ainda mudança das prioridades dos valores materialistas para o pós-materialismo, possibilitando uma forma diferenciada de orientações religiosas, papéis de gênero e normas culturais da sociedade ocidental. Ike (1973, citado por Inglehart, 1990), por exemplo, expressa que “na cultura ocidental, que há muito tempo tem enfatizado o individualismo, o jovem parece começar a buscar um sentimento de pertencer aos grupos. Já na cultura japonesa, que tem enfatizado o grupo, o jovem parece começar a procurar a individuação e a privacidade” (p.1203). Em nosso entender, esses exemplos ilustram claramente as mudanças às quais Inglehart (1990) se refere ao falar da mudança das prioridades materialistas em direção à prioridades pós-materialistas.

O reexame da teoria da mudança de valores demonstra que há hipóteses que geram predições coerentes e concernentes às mudanças de valores. Por exemplo, mediante a hipótese de escassez, percebem-se alterações em curto prazo ou efeitos de período que levam ao materialismo. Ou seja, o indivíduo atribui maior valor subjetivo às coisas que estão em um suprimento relativamente mais curto. Ao contrário, quando a etapa é de prosperidade, suscita-se o pós-materialismo, ou em outras palavras, quando uma sociedade vive sob condições de segurança econômica ou de fartura, ocorre a proeminência de valores pós-materialistas, tais como as necessidades de estima e satisfação intelectual.

O surgimento do pós-materialismo não se deve a experiências formativas entre as diferentes gerações, mas decorre de diversas exposições de visão do mundo, de distintas

redes de comunicação, e também dos efeitos do envelhecimento (pois existe uma transição gradual dos valores pós-materialistas para os materialistas), ou efeitos do próprio grupo (os pós-materialistas permeiam gradualmente para o grupo de indivíduos mais velhos, embora as transições de ciclo de vida não sejam tão importantes quanto os efeitos do grupo), do período (ambiente econômico) ou por uma combinação entre esses (Inglehart, 1990).

Contudo, o modelo de Inglehart (1990) não está livre de críticas, e a principal, para o nosso trabalho, foi formulada por Pereira e Camino (1999), que defendem que os valores materialistas e pós-materialistas podem conviver em uma mesma sociedade, visto que essa convivência representa as contradições sociais que existem em todos os grupos humanos. A seguir, discutiremos mais profundamente as idéias desses autores.

3.4. Desenvolvimento de uma abordagem societal para o estudo dos valores

Com base nas críticas feitas aos modelos apresentados até aqui, Pereira, Lima e Camino (2001) desenvolvem atualmente uma perspectiva societal para o estudo dos valores. No que se refere aos modelos de Rokeach (1968) e Schwartz (1992), Pereira *et al.* (2001) discordam das explicações que enfatizam as necessidades individuais propostas nesses modelos para o estudo dos valores. Para Pereira, Lima e Camino (2001), a adesão ou não a valores individuais, no caso de Rokeach, ou os tipos de valores, no caso de Schwartz, passam pelas motivações do indivíduo, as quais possuem como base as estruturas psíquicas individuais. No caso de Inglehart (1977), o problema, segundo Pereira, Lima e Camino (2001), está na concepção de que os valores materialista e pós-materialistas representem uma única dimensão bipolar, sendo a relação entre esses dois sistemas uma relação de oposição. Pereira *et al.* (2001) situam a análise dos valores no nível societal, uma vez que os concebe como estruturas de conhecimentos elaboradas pelos diversos grupos sociais.

Assim, a fonte dos valores, diferentemente da indicada pelas outras abordagens, encontra-se nas diversas ideologias produzidas no interior de tais grupos. Portanto, os procedimentos metodológicos necessários para avaliar a adesão dos indivíduos ou dos grupos aos diversos valores devem fazer referência às diversas concepções ou ideologias que possam existir sobre a natureza da sociedade.

Na perspectiva psicossociológica adotada por Pereira, Lima e Camino (2001), fica explícito que valores são qualidades socialmente desejáveis, que compõem os elementos representacionais que os grupos produzem nas relações intergrupais (Doise, 1976; Doise, 1982; Camino, 1996). Essa proposta corrobora a de Maio e Olson (1998) – a idéia de que os truísmos culturais, como proposições largamente compartilhadas pelos grupos sociais, constituem metáforas legítimas para descrever os valores. Nesse sentido, compreende-se que as relações intergrupais se desenvolvem no quadro ideológico e sócio-econômico de sociedades concretas e que os valores são constituídos e difundidos também no campo das relações intergrupais.

Objetivando analisar essa perspectiva, Lima e Camino (1995) elaboraram uma lista com 17 valores, que foi respondida por uma amostra de estudantes do curso de Psicologia. Com base em uma análise fatorial, esses autores constataram que os valores eram organizados em cinco sistemas: bem-estar individual (conforto, prazer, auto-realização e alegria), bem-estar econômico (lucro, riqueza e autoridade), religioso (temor a Deus, religiosidade e salvação da alma), igualitário (igualdade, cooperação e fraternidade) e libertário (liberdade, justiça, honestidade e participação). Em seguida, Pereira e *et al.* (1997) acrescentaram oito novos valores à escala, formando o *QVP-25*. A nova versão da escala confirmou a existência de cinco sistemas subjacentes à adesão de estudantes universitários aos valores: bem-estar social (formado pelos valores libertário e igualitário,

identificados no estudo anterior); bem-estar individual; bem-estar profissional; religioso; bem-estar econômico.

Com a finalidade de identificar as dimensões psicossociais sobre as quais esses sistemas estavam configurados, Pereira, Lima e Camino (2001) desenvolveram duas novas investigações, aplicando o *QVP-25* a amostras de estudantes de uma universidade pública e uma privada. Com base nos resultados obtidos com a combinação de duas técnicas de análise de dados – a *Hierarchical Cluster Analysis* e a *Multidimensional Scaling* – esses autores verificaram que os estudantes organizam os sistemas de valores em duas dimensões. A interpretação dessas dimensões permite articular a ênfase sociológica de Inglehart (1977, 1991) sobre valores materialistas e pós-materialistas com a perspectiva psicológica proposta por Schwartz (1992) para os tipos motivacionais de valores. Nesse sentido, a organização dos valores dos universitários apresenta-se constituída por três grandes sistemas de valores: o materialista (reunindo os valores *status*, riqueza, lucro, autoridade e hierarquia), o religioso (constituído pela religiosidade, temor a Deus e salvação da alma) e o pós-materialista, formado por três subsistemas: bem-estar social (igualdade, liberdade, fraternidade, ordem, participação, justiça, cooperação e honestidade); bem-estar individual (prazer, conforto, auto-realização, alegria e amor); valores do bem-estar profissional (realização profissional, dedicação ao trabalho, competência e responsabilidade). A comparação desses resultados com os tipos motivacionais da teoria de Schwartz (1994, 1996) mostra que, no conteúdo do sistema materialista, estão contidos os valores do poder social, e, no conteúdo do sistema pós-materialista, estão representados os valores de universalismo, de benevolência e de auto-direção. Além disso, no conteúdo do sistema religioso, estão conceitualmente representados os valores de conformidade e de

tradição, pois ambos fundamentam-se na submissão e na auto-restrição para preservar o *statu quo* da sociedade.

Objetivando verificar se esses resultados têm ou não estabilidade, Pereira, Camino, Costa, Lima, Lhulier e Sandoval (2001) realizaram dois estudos, tendo estudantes universitários de Porto Alegre e Florianópolis como participantes. Os resultados demonstram que, em relação ao conteúdo dos sistemas de valores, os estudantes da Região Sul organizam seus valores de forma idêntica aos estudantes da Paraíba (Região Nordeste). Da mesma forma, as duas dimensões que servem para interpretar os resultados também são as mesmas em todas as amostras. Tomados em conjunto, esses resultados apontam a validade e a confiabilidade da perspectiva desenvolvida por Pereira, Lima e Camino (2001) para a análise psicossocial dos valores.

3.5 Valores e atribuições

Embora o trabalho sobre valores desenvolvido por N.T. Feather (1995) na Austrália não possa ser considerado um modelo de análise distinto dos apresentados anteriormente neste capítulo, é de suma importância para esta dissertação porque analisa as relações existentes entre valores, crenças, opiniões e, sobretudo, atribuições do desemprego.

O pressuposto básico de Feather (1995) é o de que os valores em si não influenciam o comportamento e as atribuições que as pessoas realizam, como se deduz do modelo de Schwartz (1991). Para Feather (1995), a influência dos valores é mediada pela percepção que se tem da atratividade ou aversividade de objetos e de eventos específicos em uma dada situação. Isto é, os valores determinam o comportamento por meio da

mediação de elementos contextuais ou situacionais que tornam certos valores centrais, em dados momentos, e periféricos em outros contextos.

Feather (1983 a) defende que

As explicações que as pessoas dão para eventos, tais como pobreza e desemprego, podem ser compreendidas não somente como produto dos processos cognitivos, mas como produtos sociais também, eles refletem o contexto da experiência social de uma pessoa em diferentes ambientes como canalizados através da família, escola, grupos, a mídia e outras influências. Esses vários agentes de socialização dão forma à construção da pessoa da realidade social e a natureza do seu impacto varia de pessoa para pessoa dependendo de onde uma pessoa está localizada na estrutura da sociedade. (p.229)

As idéias defendidas por Feather (1995) têm suas raízes em um trabalho realizado por ele, em 1985. Feather (1985) inicia sua análise perguntando se as explicações que as pessoas dão a eventos se relacionam às suas atitudes e valores mais gerais. Segundo o autor, todo mundo provavelmente concorda que as explicações não existem isoladas, mas são afetadas pelo sistema sócio-cognitivo-afetivo do indivíduo. Contudo, segundo Feather (1985), poucos estudos analisam os efeitos das atitudes e valores sobre as atribuições que as pessoas fazem para fenômenos e processos sociais. Em outras palavras, dá-se pouca atenção a como as atribuições são influenciadas por preocupações afetivas básicas que, por sua vez, são ancoradas a atitudes e valores e ao lado motivacional do pensamento e ação.

Visando avaliar essas relações, Feather (1985) analisou os efeitos da adesão a posições políticas conservadoras sobre explicações dadas para a existência do desemprego. Segundo o autor, quanto maior o conservadorismo do indivíduo, maior também a tendência para que ele explique o desemprego como falta de esforço, interesse e, talvez, a falta de habilidades profissionais do desempregado. Ressalte-se que, segundo Wilson (1973, citado em Feather, 1985), o conservadorismo também é caracterizado por uma orientação religiosa fundamentalista e uma orientação política de apoio ao *statu quo*. Por outro lado, grupos menos conservadores explicam o desemprego como consequência de condições externas ao desempregado, como por exemplo, à situação econômica, políticas do governo, etc. Resumindo, os resultados de Feather (1985), demonstram que a adesão ao conservadorismo implica também em atribuições baseadas na responsabilidade individual do desempregado. Já posições menos conservadoras estavam relacionadas às explicações que remetem à responsabilidades macro-sociais. Os resultados desse estudo confirmaram essas hipóteses e serviram de base para as nossas questões empíricas.

Assim, diante do exposto, pretendemos analisar as possíveis relações existentes entre as atribuições feitas por estudantes universitários para o desemprego e sua adesão a sistemas de valores. Como modelo de análise dos sistemas de valores, utilizaremos as idéias propostas por Pereira *et al.* (2001), discutidas no capítulo anterior, que hipotetizam a existência de três sistemas de valores:

- materialista (reunindo os valores *status*, riqueza, lucro, autoridade e hierarquia),
- religioso (constituído pela religiosidade, temor a Deus e salvação da alma),
- pós-materialista, formado por três subsistemas: bem-estar social (igualdade, liberdade, fraternidade, ordem, participação, justiça, cooperação e

honestidade); bem-estar individual (prazer, conforto, auto-realização, alegria e amor); valores do bem-estar profissional (realização profissional, dedicação ao trabalho, competência e responsabilidade).

Nossas hipóteses, seguindo as idéias de Feather (1985), são as de que uma maior adesão aos valores materialistas e religiosos se correlacionam positivamente às atribuições conferidas às causas individuais. Já uma maior adesão aos valores pós-materialistas correlacionam-se positivamente às atribuições conferidas à estrutura política e econômica do país.

Capítulo IV – Estudio Empírico

Este capítulo tem como objetivo apresentar o estudo empírico realizado para testar as hipóteses propostas nos capítulos anteriores, e está organizado em quatro seções. Inicialmente, especificamos os objetivos e as hipóteses que nortearam o desenvolvimento do estudo; em seguida, apresentamos o método seguido para a coleta dos dados, com descrição das características sócio-demográficas dos participantes do estudo, dos instrumentos utilizados e os procedimentos de análise dos dados. Finalmente, apresentamos os resultados obtidos.

4.1 Objetivos e hipóteses

Os objetivos gerais deste estudo são:

- analisar os tipos de atribuições que estudantes universitários fazem para existência do desemprego;

- analisar as relações que essas atribuições mantêm com as características sócio-demográficas dos estudantes e, sobretudo, com a adesão aos valores sociais.

Os objetivos específicos são:

- analisar a estrutura dos princípios organizadores das atribuições para o desemprego feitas pelos estudantes, com a expectativa de surgirem os quatro princípios relatados por Feather (1985) e apresentados no capítulo 2, quais sejam: atribuição pessoal, acadêmica, política e econômica;

- analisar a adequação ao contexto goianiense do questionário sobre valores sociais proposto por Pereira, Lima e Camino (2001), com a expectativa de

que os valores se organizem nos três sistemas hipotetizados por esses autores e discutidos no capítulo 3. São eles:

- a) materialista , que reúne os valores *status*, riqueza, lucro e autoridade;
- b) religioso, constituído pela religiosidade, obediência às leis de Deus, temor a Deus e salvação da alma;
- c) pós-materialista, formado por três subsistemas: bem-estar social (igualdade, liberdade, fraternidade e justiça); bem-estar individual (conforto, auto-realização, alegria e amor); valores do bem-estar profissional (realização profissional, dedicação ao trabalho, competência e responsabilidade).

Desses objetivos, derivamos as seguintes hipóteses:

- uma maior adesão aos valores materialistas e religiosos correlaciona-se positivamente com as atribuições feitas às causas individuais.
- uma maior adesão aos valores pós-materialistas correlaciona-se positivamente com as atribuições feitas à estrutura política e econômica do país.

4.2 Método

4.2.1 Amostra

Este estudo teve trezentos casos válidos, estudantes de uma universidade privada de Goiânia, distribuídos nas três grandes áreas de acordo com a proporção das matrículas. Assim, houve 17% da área de exatas, 23% da área biológica e 60% da área de humanas. A idade dos participantes variava entre 18 e 53 anos, com média igual a 23,7 anos (desvio padrão = 6,4 anos). Do total, 72% eram do sexo feminino, em razão da

maioria dos alunos da área de humanas serem do sexo feminino, por isso, ocorreu este percentual tão alto do sexo feminino. 43,7% da amostra trabalhavam.

4.2.2 Instrumento

O instrumento aplicado estava dividido em três seções: a primeira tinha a escala do desemprego que continha dezesseis itens a serem respondidos; a segunda era a escala de valores composta de 24 itens; a terceira os dados sócio-demográficos.

a) Causas do desemprego

O estudo dos princípios organizadores das atribuições feitas para a existência do desemprego iniciou-se com a seguinte pergunta aos participantes: “na sua opinião, é difícil encontrar emprego no Brasil atualmente porque...”. Como possibilidades de respostas a essa pergunta, foram desenvolvidos especialmente para este estudo 16 itens compondo uma escala de formato Likert que variavam de um (discordo totalmente) a cinco (concordo totalmente). Esses itens estavam organizados nas quatro categorias propostas por Feather (1985), a saber:

- pessoal – as pessoas não se esforçam o suficiente para conseguir um emprego; falta determinação das pessoas para conseguir um trabalho; falta esforço próprio em batalhar para conseguir um trabalho; as pessoas são acomodadas;
- acadêmico – falta boa formação escolar para os desempregados; por causa da decepção com o sistema educacional do Brasil; a Universidade não conferiu a qualificação exigida pelo mercado; falta treinamento específico para conseguir um trabalho;

- político – os políticos legislam em causa própria e não se preocupam com os problemas sociais; falta vontade dos políticos; a culpa é do modelo político importado; falta interesse do governo em fomentar novos postos de trabalho;
- econômico – por causa da situação econômica do Brasil; a política econômica do governo não gera novos empregos; o mercado não oferece vagas suficientes; por causa do crescimento tecnológico que diminui os postos de trabalho.

b) Valores psicossociais

Para medir os valores psicossociais, os sujeitos responderam à escala de valores desenvolvida e validada no Brasil por Pereira, Lima e Camino (2001). Os participantes atribuíram notas aos valores apresentados, considerando o grau de importância de cada um dos seguintes valores: igualdade, alegria, amor, auto-realização, justiça social, sexualidade, conforto, obediência as leis de Deus, dedicação ao trabalho, uma vida excitante, religiosidade, competência, autoridade, fraternidade, liberdade, lucro, prazer, realização profissional, responsabilidade, riqueza, salvação da alma, sensualidade, *status*, temor a Deus, para a construção de uma sociedade que julgam ideal para viver. Essas notas variavam de 1 (sem importância) a 5 (extremamente importante).

c) Dados sócio-demográficos

Os estudantes indicaram o sexo, idade, curso e situação funcional (jornada de trabalho e tempo de trabalho), variáveis utilizadas por Feather (1985)

4.2.3 Procedimentos

Os questionários foram respondidos individualmente pelos estudantes em aplicação coletiva em sala de aula, com a devida permissão dos professores. O tempo médio de aplicação do instrumento variou entre vinte e trinta minutos em todas as salas. Não houve recusa em responder ao questionário.

4.2.4 Análise dos dados

Todas as análises foram realizadas utilizando-se o SPSS para *Windows*, versão 9.0. As estatísticas descritivas (frequências, médias, desvios padrões, correlações r de *Pearson* e coeficientes de fidedignidade das escalas – os alfas de *Cronbach*) permitiram a obtenção da visão geral da amostra. Para investigar a estrutura dos princípios organizadores das atribuições do desemprego, utilizou-se a análise fatorial pelo método dos componentes principais (PCA), com rotação varimax. Essa análise justifica-se pela suposição de que os princípios organizadores sejam ortogonais entre si (Feather (1985)). A organização estrutural do modelo de valores sociais foi analisada utilizando-se a *Multidimensional Scaling* (MDS) e a *Hierarchical Cluster Analysis* (HCA) que realiza uma avaliação estatística com a matriz de Distância Euclidiana entre as variáveis que, por sua vez, mostra as distâncias entre as variáveis (os valores) como pontos num espaço multidimensional. Por fim, os coeficientes de regressão múltipla (pelo método *stepwise*) foram usados para avaliar o processo de ancoragem social das atribuições do desemprego nos valores sociais.

4.3 Resultados

Os resultados são apresentados em três seções. A primeira descreve os dados que se referem à estrutura das atribuições que os estudantes dão as causas do desemprego.

A segunda apresenta a análise da estrutura e do conteúdo do modelo psicossocial (valores). Finalmente, analisa-se a relação das atribuições com os valores e as variáveis sócio-demográficas.

4.3.1 Escala de atribuição do desemprego

Para avaliar a estrutura dos princípios que organizam as atribuições para o desemprego, aplicou-se uma análise dos componentes principais, cujos resultados podem ser vistos na tabela 4.1. Apenas dois fatores com consistência teórica (*eigenvalues* maiores que 1) emergiram dos dados. O primeiro, denominado pessoal-acadêmico, aglutina os itens cujo teor refere-se às causas do desemprego atribuídas fundamentalmente ao indivíduo e à sua formação acadêmica. Esse fator explica 33,4% da variância e possui o coeficiente de fidedignidade de 0,82. O segundo fator é formado pelos itens que atribuem o desemprego a causas mais estruturais e políticas, como por exemplo à responsabilidade do governo em fomentar novos postos de trabalho. Esse fator explica 21,6% da variância e tem um alfa de Cronbach de 0,52. No geral, esses resultados demonstram que, diferentemente do esperado, as atribuições para o desemprego feitas pelos participantes se organizam em dois grandes eixos, e não em quatro, como a literatura assinala (Feahter,1985). O primeiro eixo aglutina as responsabilidades individuais, ou seja, o desemprego existe porque os indivíduos não se esforçam para conseguir um emprego. O segundo eixo trata das causas mais sociais, como por exemplo a industrialização, que diminui os postos de trabalho e a política recessiva desenvolvida pelo governo.

Tabela 4.1 – Resultados da análise fatorial aplicada à escala de *desemprego*

Itens da escala	Pessoal-	Político-
-----------------	----------	-----------

	acadêmico	econômico
As pessoas não se esforçam o suficiente para conseguirem um emprego	0,83	
Falta esforço próprio em batalhar para conseguir trabalho	0,80	
A universidade não conferiu a qualificação exigida pelo mercado	0,71	
A política econômica do governo não gera novos empregos		0,73
A culpa é do modelo político importado		0,70
Falta interesse do governo em fomentar novos postos de trabalho		0,65
<i>Eigenvalue</i>	2,7	1,7
Variância explicada	33,4%	21,6%
Coeficiente de fidedignidade (alfa de Cronbach)	0,82	0,52

Nota – Apenas as cargas fatoriais iguais ou superior a 0,50 são apresentadas após a rotação *varimax*. *Kaiser-Meyer-Olkin* =0,75; Teste de Esfericidade de *Bartlett* = 539,23;p<0,001. Método:PCA.

Objetivando avaliar os graus de adesão a esses dois eixos explicativos, realizamos uma série de ANOVA's² utilizando as variáveis sócio-demográficas. Assim, comparando o grau de adesão às atribuições, de acordo com a área, a única diferença significativa refere-se às explicações político-econômicas, as quais os estudantes da área de exatas aderem menos do que os da área de humanas (tabela 4.2).

Tabela 4.2 – Médias e teste estatístico ao grau de adesão das atribuições pessoal acadêmico e político econômico de acordo com a área

	Área			Teste Estatístico		
	<i>Biológicas</i>	<i>Humanas</i>	<i>Exatas</i>	<i>F</i>	<i>gl</i>	<i>p</i> <
<i>Pessoal acadêmico</i>	2,8	2,6	2,8	1,582	2/292	n.s
<i>Político econômico</i>	3,6ab	3,7a	3,3b	5,423	2/290	0,01

Nota – As médias que não compartilham o mesmo subscrito representam diferenças significativas a $p < 0,05$ no teste de *Scheffé*.

² Análises de variância

4.3.2 Valores psicossociais

Como mencionado anteriormente, a adequação da estrutura e do conteúdo dos valores propostos por Pereira, Lima e Camino (2001) para analisar os sistemas os valores de estudantes universitários foi avaliada por meio da (HCA) e da (MDS). Segundo esses autores, os valores apresentados organizam-se em três sistemas: materialista, religiosos e pós-materialista. Os resultados da *HCA* (Figura 4.1) demonstram que os valores temor a Deus, salvação da alma, religiosidade e obediência às leis de Deus constituem o sistema religioso. Os valores *status*, riqueza, lucro e autoridade formam o sistema materialista. Por fim, o sistema pós-materialista organiza três subsistemas de valores: bem-estar social (igualdade, liberdade, fraternidade, justiça social e igualdade); bem-estar individual (conforto, auto-realização, alegria e amor); e bem-estar profissional (realização profissional, dedicação ao trabalho, competência e responsabilidade).

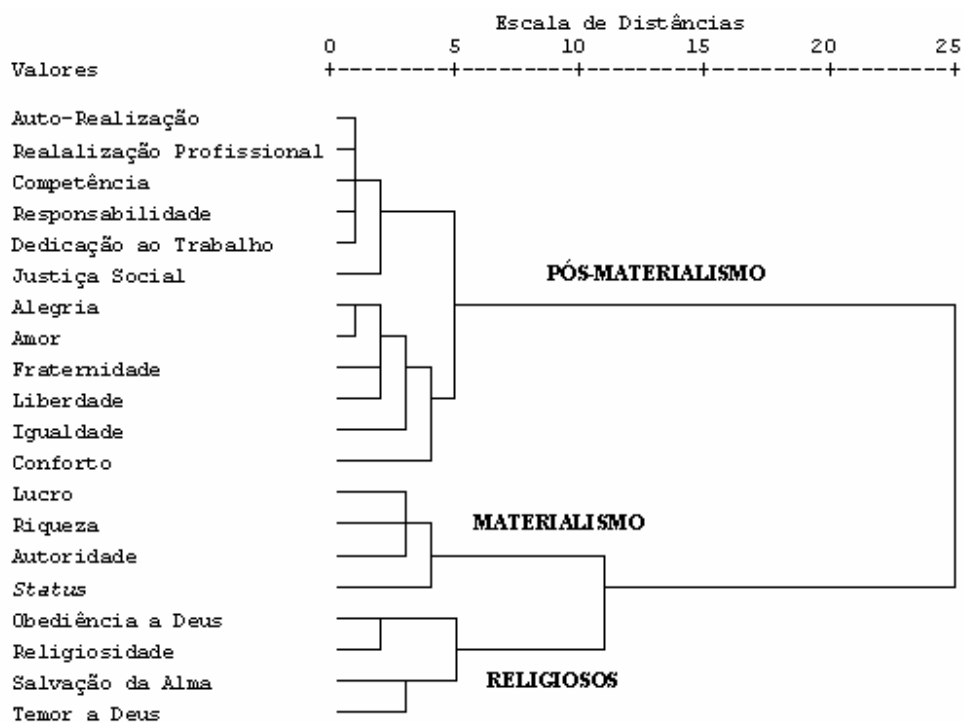
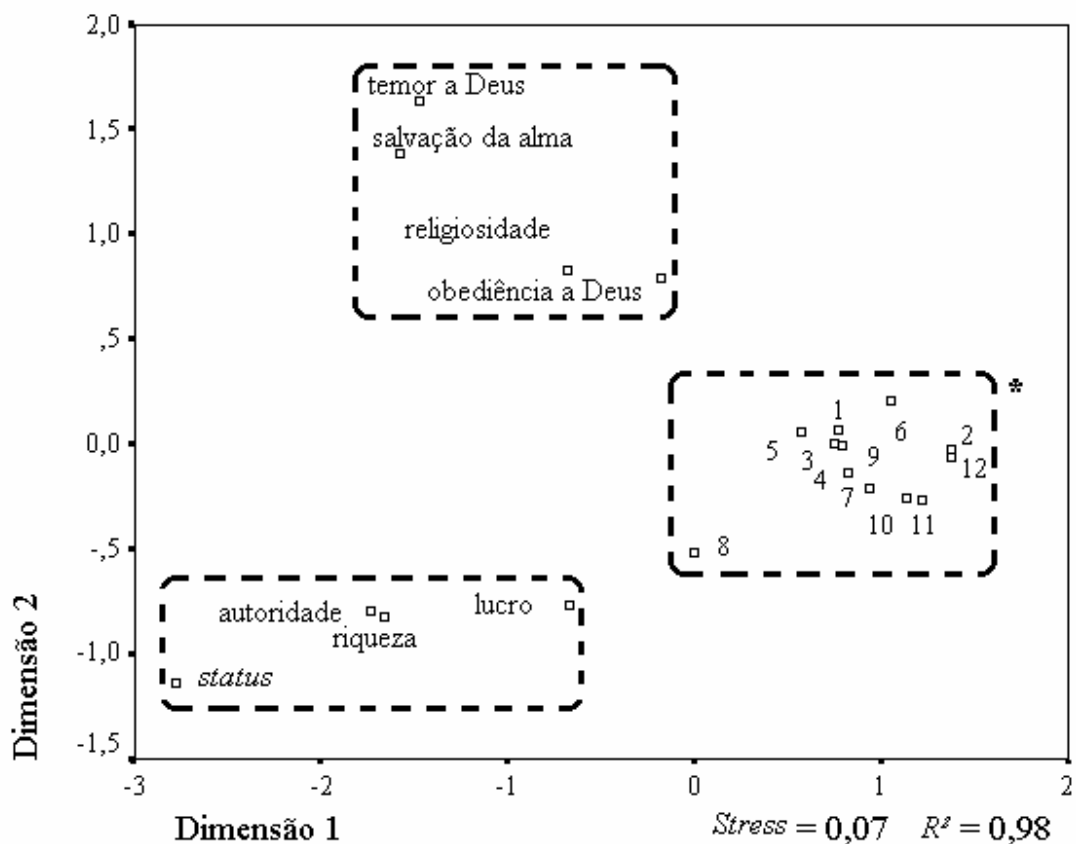


Figura 4.1 – Dendrograma representando a estrutura dos sistemas de valores dos estudantes

Os resultados da *MDS* (Figura 4.2) permitem-se avaliar as dimensões psicossociais responsáveis pela organização dos três sistemas. Duas dimensões são necessárias para organizar os diversos valores em seus sistemas correspondentes (*Stress* = 0,07; $R^2 = 0,98$). A primeira dimensão contrapõe os sistemas materialista e religioso ao sistema pós-materialista. A segunda dimensão contrapõe o sistema materialista ao sistema religioso. Os resultados da *HCA* e da *MDS* demonstram que, de fato, os estudantes organizam seus valores com base em três sistemas claramente demarcados: pós-materialista, materialista e religioso. Os coeficientes de fidedignidade desses sistemas são adequados (alfas = 0,71, 0,72 e 0,85, respectivamente), permitindo construir indicadores de adesão a esses sistemas. Com base nesses indicadores, verificou-se também que todas as correlações entre os sistemas são significativamente positivas: materialista *versus* pós-materialista ($r = 0,22$; $p < 0,001$); materialista *versus* religioso ($r = 0,29$; $p < 0,001$); e religioso *versus* pós-materialista ($r = 0,44$; $p < 0,001$).



* Os valores contidos neste quadro são os seguintes: 1 = igualdade; 2 = justiça; 3 = liberdade; 4 = fraternidade; 5 = alegria; 6 = auto-realização; 7 = amor; 8 = conforto; 9 = competência; 10 = dedicação ao trabalho; 11 = realização profissional; 12 = responsabilidade.

Figura 4.2 – Representação gráfica dos resultados da *Multidimensional Scaling* aplicada aos valores dos estudantes

Complementando a análise dos valores, avaliou-se a influência das características demográficas sobre o grau de adesão dos participantes a cada um desses sistemas. Conforme podemos observar na tabela 4.3, o único resultado significativo refere-se à adesão aos valores religiosos, aos quais as mulheres tendem a atribuir maior importância. As demais relações não foram significativas (anexo 3).

Tabela 4.3 – Resultado da análise da adesão aos valores em relação aos dados sócio-demográficos

	Valores religiosos		
	Beta ²	t	p<
Sócio-demográficos:			
Sexo	-0,130	-2,207	0,05
Idade	-0,032	-0,540	n.s.
Se trabalha	0,012	0,206	n.s.
Coefficiente de regressão		R= 0,130	
Variância explicada		R ² = 0,017; R ² _{Ajustado} = 0,013	
Significância do modelo		F (1/285)= 4,871; p< 0,05	

Na variável sexo, foram atribuídos os valores 1 para as mulheres e 2 para os homens. A variável idade variou de 18 a 53 anos. Na variável trabalho, foram atribuídos os valores 1 para quem trabalha e 2 para quem não trabalha.

4.3.3 Ancoragem social das atribuições nos valores psicossociais

Após a definição da estrutura e do conteúdo dos sistemas de valores psicossociais, analisou-se como esses sistemas e as variáveis sócio-demográficas ancoram as atribuições para o desemprego feitas pelos participantes. Efetuou-se, portanto, um conjunto de regressões múltiplas, utilizando, como variáveis-critério, os dois tipos de atribuições (pessoal-acadêmico e político-econômico) e, como variáveis antecedentes, as características sócio-demográficas e adesão dos estudantes aos três sistemas de valores obtidos (materialista, pós-materialista e religioso).

No que se refere à atribuição pessoal-acadêmica, a tabela 4.4 mostra que apenas a adesão aos valores materialistas ancora essa atribuição. Assim, quanto mais os estudantes consideram esses valores importantes para uma sociedade ideal, maior é a concordância de que existe desemprego, porque as pessoas não se esforçam o bastante para conseguir um emprego.

Tabela 4.4 – Resultados da regressão múltipla, pelo método *stepwise*, ao grau de adesão das atribuições pessoal acadêmico dos estudantes, e como variáveis independentes os indicadores sócio-demográficos e os valores sociais

	Pessoal Acadêmico		
	<i>Beta</i> ³	<i>t</i>	p<
Sócial-demográficos:			
Sexo	0,066	1,061	n.s.
Idade	0,048	0,758	n.s.
Se trabalha	-0,037	-0,589	n.s.
Materialismo	0,124	1,974	0,05
Pós-materialismo	-0,033	-0,520	n.s.
Religioso	0,007	0,110	n.s.
Coefficiente de regressão		R= 0,124	
Variância explicada		R ² = 0,015; R ² _{Ajustado} = 0,011	
Significância do modelo		F (1/251)= 3,897; p< 0,49	

A tabela 4.5 demonstra que os resultados relacionados às atribuições político-econômicas indicam duas relações significativas. A primeira mostra que quanto maior a adesão aos valores materialistas, menor será a adesão às explicações sociais para o desemprego. A segunda mostra que a adesão aos valores religiosos implica uma maior adesão a esse tipo de atribuição.

Tabela 4.5 - Resultados da regressão múltipla, pelo método *stepwise*, ao grau de adesão das atribuições político econômico dos estudantes, e como variáveis independentes os indicadores sócio-demográficos e os valores sociais

	Político-econômico		
	Beta ⁴	t	p<
Sócio-demográficos:			
Sexo	-0,087	-1,403	n.s.
Idade	0,108	1,763	n.s.
Se trabalha	0,041	0,656	n.s.
Materialismo	-0,207	-3,201	0,002
Pós-Materialismo	0,049	0,708	n.s.
Religioso	0,171	2,650	0,009
Coefficiente de regressão		R= 0,225	
Variância explicada		R ² = 0,051; R ² _{Ajustado} = 0,043	
Significância do modelo		F (2/251)= 6,679; p< ,001	

De uma maneira geral, podemos afirmar que as hipóteses devidamente levantadas foram parcialmente confirmadas. Assim, no que se refere aos quatro princípios organizadores das atribuições para o desemprego, os resultados demonstram a existência de apenas dois, que se aglutinam em torno das explicações mais individuais e as explicações mais sociais. Essas explicações, por sua vez, estão ancoradas nos sistemas de valores psicossociais propostos por Pereira, Lima e Camino (2001). Esses resultados serão discutidos mais detalhadamente no próximo capítulo com suas implicações teórico-metodológicas.

Capítulo V – Discussão e Conclusões

Este trabalho analisou as relações existentes entre as atribuições de causalidade para o desemprego feitas por estudantes universitários e a adesão a sistemas de valores psicossociais. O objetivo principal dessa investigação era demonstrar que as atribuições de causalidade não existem em um vácuo social, ao contrário, elas acham-se ancoradas em outros construtos psicossociais.

Como referencial teórico, articulamos duas grandes tradições da Psicologia Social: a *teoria das representações sociais* e a das *atribuições de causalidade*, revisadas no capítulo 2. Essa articulação foi proposta primeiramente por Moscovici e Hewstone (1983) e, desde então, tem constituído um importante marco para o desenvolvimento de diversos trabalhos, a exemplos do que temos os trabalhos de Moscovici e Hewstone, (1983); Hewstone e Augoustinos, (1995).

No que se refere à *teoria das representações sociais*, utilizamos o trabalho de Doise, Clémence e Lorenzi-Cioldi (1992; 1993), que defende que as representações sociais devem ser estudadas em três níveis: a objetivação dos conteúdos representacionais, seus princípios organizadores e as ancoragens desses princípios organizadores na estrutura societal.

Nesse estudo, os princípios organizadores das atribuições de causalidade para o desemprego basearam-se no trabalho de Feather (1985), que demonstra que as atribuições de causalidade para o desemprego feitas por estudantes universitários australianos se organizam em quatro princípios organizadores. Esses princípios organizadores eram: atribuição pessoal, acadêmica, política e econômica. No entanto, nossos resultados demonstraram a existência de apenas dois princípios: o pessoal-acadêmico e o político econômico. Essa diferença pode ser explicada a partir de duas possibilidades fortemente relacionadas: a primeira, refere-se ao fato que o trabalho de Feather foi realizado há

dezessete anos; e a segunda relaciona-se com as diferenças culturais entre Brasil e Austrália. Assim, nossos resultados diferentes coadunam com a perspectiva psicossocial discutida anteriormente que enfatiza a importância do contexto social mais amplo para a análise de processos cognitivos.

Para estudarmos as ancoragens das atribuições de causalidade, utilizamos a adesão aos sistemas de valores. O estudo de valores pela Psicologia Social também constitui um importante campo de investigação científica e que foi revisado no capítulo 3 desta dissertação. Como modelo de análise, utilizamos a proposta de Pereira, Lima e Camino (2001). Esses autores definem valores em termos de repertórios representacionais. Nossos resultados corroboraram as idéias desses autores, demonstrando que, para os universitários de Goiânia, os valores se estruturam em três sistemas claramente demarcados: religioso, materialista e pós-materialista. Os resultados da HCA (figura 4.1) demonstram que os valores temor a Deus, salvação da alma, religiosidade e obediência às leis de Deus constituem o sistema religioso. Os valores *status*, riqueza, lucro e autoridade formam o sistema materialista. Finalmente, o sistema pós-materialista organiza, como proposto por Inglehart (1991), um conjunto de três subsistemas de valores: bem-estar social (igualdade, liberdade, fraternidade, justiça social); bem-estar individual (conforto, auto-realização, alegria e amor); bem-estar profissional (realização profissional, dedicação ao trabalho, competência e responsabilidade).

Nossas hipóteses foram desenvolvidas com base nas investigações de Feather (1985), que demonstra a adesão a posições políticas conservadoras para as explicações dadas para a existência do desemprego. De acordo com esse autor, quanto maior o conservadorismo do indivíduo, maior também a tendência para explicar o desemprego como falta de esforço, interesse e, talvez, a falta de habilidades profissionais do

desempregado. Por outro lado, um menor conservadorismo explica o desemprego como consequência de condições externas ao desempregado, como por exemplo, situação econômica, políticas do governo.

A análise da ancoragem social das atribuições do posicionamento dos estudantes nos valores psicossociais revela que, quanto mais os estudantes consideram os valores materialistas importantes para uma sociedade ideal, maior é a concordância de que existe desemprego, porque as pessoas não se esforçam o bastante para conseguir um emprego. Já os resultados relacionados às atribuições político-econômicas indicam duas relações significativas. A primeira mostra que quanto maior a adesão aos valores materialistas, menor vai ser a adesão às explicações mais sociais para o desemprego. Já a adesão aos valores religiosos implica uma maior adesão a esse tipo de atribuição para o desemprego.

Tomados em conjunto, os resultados de nossos estudos apontam dois eixos que contribuem tanto para o estudo dos valores na Psicologia Social como também para o estudo das representações sociais. Primeiro, como salienta Pereira (2000), tendo em vista que a abordagem teórica proposta nesta dissertação para o estudo dos valores não vincula valores a sistemas de necessidades ou de motivações, admite-se que uma sociedade possa construir um repertório de valores positivos que figurem como contraditórios na perspectiva de outra sociedade. Olhando por esse ângulo, não se deve pensar que a oposição entre os vários sistemas expresse, necessariamente, disparidades fundamentais entre os valores (Lima, 1997), pois as correlações positivas entre os sistemas indicam uma estrutura constituída por repertórios representacionais organizados, não de maneira antagônica, como Schwartz e Rokeach defendiam, mas apenas de forma hierárquica (Pereira, Lima & Camino, 2001). Em segundo lugar, nossos resultados apontam também a

importância do estudo das ancoragens das representações sociais na estrutura societal em que o indivíduo está inserido, demonstrando assim que as teorias do senso comum não podem ser estudadas como se existissem em um vácuo social (Moscovici, 1984). A análise da ancoragem permite demonstrar que os diversos conteúdos representacionais, configurados nas diferenças interindividuais, existem porque os indivíduos ocupam diferentes posições sociais no tecido social. Essas diferentes posições sociais, por sua vez, operacionalizam-se nos diferentes níveis de adesão a sistemas de valores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Augoustinos, M. & Walker, I. (1995). *Social Cognition – An integrated introduction*, London: Sage.

Braithwaite, V. A, & Law, H. G. (1985). Structure of Human Values: testing the adequacy of the Rokeach Value Survey. *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 250-263.

Berger, P. L. & Luckman, T. (1973). *A construção social da realidade*. Petrópolis; Vozes.

Camino, L. (1996). Uma abordagem psicossociológica no estudo do comportamento político. *Psicologia e Sociedade*, 8, 16-42.

Camino, L. *et al.* (1996). O conhecimento do outro: uma explicação em termos de percepção social. (Org) *Série monografias em Psicologia Social*. João Pessoa: Universitária.

Castel, R. (1995). *Les métamorphoses de la question sociale*. Paris: Fayard.

Di Giacomo, J. P. (1980). Intergroup alliances and rejections within a protest movement. *European Journal of Social Psychology*, 10, 329-344.

Doise, W. (1976). *L'articulation psychosociologique et les relations entre groupes*. Bruxelas: De Boeck.

Doise, W. (1982). *L'explication em Psychologie Sociale*. Paris: PUF

Doise. W. (1986). Les représentations sociales: definition d'un concept. Em W. Doise e A Palmonari (orgs). *L'étude des représentations sociales*. 82-95. Paris: Delaachaux e Niestlé.

Doise. W. (1992). L'ancrage dans l'étude sur les représentations sociales. *Bulletin de Psychology*, 45, 195-198

Doise. W. , Clémence, A. & Lorenzi-Cioldi, F. (1992). *Représentations sociales et analyse de données*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.

Doise. W. (1993). Debating social representations. Em G. M. Breakwill, e D. V. Canter (orgs). *Empirical approaches to social representations*. 157-170 Londres: Academic Press.

Doise. W. Clémence, A. e Lorenzi-Cioldi, F. (1993). *The quantitative analysis of social representations*. Hempeel Hempstead: Harvester Wheatsheaf.

Durkheim, E. (1978). *As regras do método sociológico*. São Paulo: Abril.

Feather, N. T. (1985). Atitudes, values, and attributions: explanations of unemployment. *Journal of Personality and Social Psychology*, 48, 876-889.

Feather, N, T. (1993). Authoritarian and attitudes toward high achievers. *Journal of Personality and Social Psychology*, 65, 152-164.

Feather, N. T. (1995). Values, valences, and choice: the influence of values on the perceived attractiveness and choice of alternatives. *Journal of Personality and Social Psychology*, 68, 1135-1151.

Feather, N. T. and Dawson, Sara (1998). Judging deservingness and affect in relation to another's employment or unemployment: a test of a justice model. *European Journal of Social Psychology*, 28, 361-381.

Fiske, S. T. e Taylor, S. T. (1984). *Social cognition*. Londres: Addison – Wesley.

Goldsmith, R. E. *et al.* (Org.) (1987). The Rokeach value survey and social desirability. *The Journal of Social Psychology*, 127 (5), 553-554.

Grischi, Carmem Ligia Iochins. (1999). Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva e o papel da Psicologia nas organizações. *Psicologia, Ciência e Profissão. Revista do Conselho Federal de Psicologia*, 19, 2-13.

Guareschi, P. & Jovchelovitch, S. (Org.). (1998). *Textos em representações sociais*. Petrópolis; Vozes

Heider, F. (1944). Social perception and phenomenal causality. *Psychological Review*, 51, 358-74.

- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Hewstone, M. (1989). *Causal Attribution – From cognitive processes to collective beliefs*. Basil Blackwell. Oxford.
- Hewstone, M. (1996). Attribution Theories. Em Antony S. R. Manstead e M. Hewstone (orgs). *The Blackwell. Encuclopedia of Social Psychology*. Oxford: Blackwell.
- Hewstone, M. & Augoustinos, M. (1995). Social attributions and social representations. In. U. Flick & S. Moscovici, *The psychology of the social: Language and social Knowledge in social psychology*. (pp. 78-99) Reinbek: Rowohlt.
- Hewstone, M. , Jaspars, J. e Lalljee, M. (1982). Social representations, social attribution and social identity: The intergroup images of ‘public’ and ‘comprehensive’ schoolboys. *European Journal of Social Psychology*, 12, 241-69.
- Inglehart, R. (1977). *The silent revolucion*. Princeton: Princeton University Press.
- Inglehart, R. (1990). *Culture shift – in advanced industrial society*. Princeton: University Press.
- Inglehart, R. (1991). *El cambio cultural em nlas soociedades industriales avanzadas*. Madri: Siglo XXI de España editores – AS.

- Inglehart, R. (1994). Modernización y post-modernización: la cambiante relación entre el desarrollo económico. Cambio cultural y político. In J. D. Nicolas & R. Inglehart (Orgs.), *Tendencias mundiales de cambio en los valores sociales y políticos*. (pp.157-170). Madrid: Fundesco.
- Jahoda, G. (1988). Critical notes and reflections on 'social representations'. *European Journal of Social Psychology*, 18, 195-209.
- Jones, E. E. & Davis, K. E. (1965). From acts to dispositions: The attribution process in person perception. In L. Berkowitz, *Advances in experimental social psychology*, 2, New York: Academic Press.
- Jones, E. E. & McGillis, D. (1976). Correspondent inferences and the attribution cube: A comparative reappraisal. In J. H. Harvey, W. J. Ickes and R. F. Kidd, *New directions in attribution research*, 1, Hillsdale, N. J. : Erlbaum.
- Kelley, H. H. (1967). Attribution theory in social psychology. In D. Levine, *Nebraska symposium on motivation*, (pp.15). Lincoln: University of Nebraska Press.
- Kelley, H. H. (1972). Causal schemata and the attribution process. In E. E. Jones, D. E. Kanouse, H. H. Kelley, R. E. Nisbett, S. Valins & B. Weiner. *Attribution: Perceiving the causes of behavior*. (pp.151-74). Morristown, NJ: General Learning Press.

Kelley, H. H. (1973). The processes of causal attribution. *American Psychologist*, 28, 107-28.

Krech, D. , Krutcfeld, R. S. e Ballachey, E. L. (1962). *Individual in society: A textbook of social psychology*. New York: McGraw-Hill.

Kruglanski, A. W. (1975). The endogenous-exogenous partition in attribution theory. *Psychological Review*, 82, 387-406.

Lima, M. E. (1997). *Valores, participação política, atitudes face a democracia e ao autoritarismo: uma análise da socialização política dos universitários da Paraíba*. Dissertação de Mestrado não-publicada Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Brasil.

Lima, M. E. , & Camino, L. (1995). A Política na vida de estudantes universitários: uma análise em termos de espaço político e de valores. In M. J. L. Silva (Org.), *Iniciados*. (pp.11-35). João Pessoa: Universitária.

Lorenzi-Cioldi e Doise, W. (1990). Levels of analysis and social identify. *Social Isenty Theory*. Londres: Harvester and Wheatshef.

Maio, G. R. & Olson, J. M. (1998). Values as truisms: evidence and implications. *Journal of Personality and Ssocial Psychology*, 74, 294-311.

- Maslow, A. K. (1954). *Motivation and personality*. Nova Iorque: Harper e Row.
- Moreira, A. S. (2000). *Valores e dinheiro*. Tese de doutorado não-publicada, Brasília: Universidade de Brasília, Brasil.
- Moscovici, S. (1978). *A representação social da Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Moscovici, S. (1984). The phenomenon of social representations. In R. Farr, e S. Moscovici (Orgs.), *Social representations*. (pp.3-70). Cambridge: Cambridge University Press.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 211-250.
- Moscovici, S. & Faucheux, C. (1972). Social influence, conformity bias, and the study of active minorities. In L. Berkowitz (Org.), *Advances in experimental social psychology*, 6, (pp.150-202). Nova Iorque: Academic Press.
- Moscovici, S. & Hewstone, M. (1983). Social representations and social explanation: From the 'naïve' to the 'amateur' scientist. In M. Hewstone. *Attribution theory: Social and functional extensions*. (pp.98-125). Oxford: Blackwell.
- Moscovici, S. , Hewstone, M. (1984). De la ciencia al sentido comum. I: S. Moscovici (org), *Psicologia Social*, 2, 679-710. Barcelona: Paidós.

Mukerjee, R. (1947). *The social structure of values*. Londres: MacMillan e CO. , LTD.

Pereira, C. R. (2000). *Princípios organizadores do posicionamento de estudantes universitários em relação aos direitos humanos: sua ancoragem nos valores sociais*.

Dissertação de mestrado não-publicada, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, Brasil.

Pereira, C.; Lima, M. & Camino, L. (1997). A prática política: uma análise psicossociológica em termos de valores e inserção social. In M. J. L. Silva (Org.). *Iniciados*. (pp.199-235). João Pessoa: Universitária.

Pereira, C. R. & Camino, L. (1999). Proposta de um modelo psicossociológico para o estudo das atitudes políticas de estudantes universitários: uma análise em termos de valores materialistas e pós-materialistas. In M. F. V. Souza (Org.), *Iniciados*,(pp. 427-440). João Pessoa: Universitária.

Pereira, Lima & Camino (2001). Sistemas de Valores e Atitudes Democráticas de Estudantes Universitários de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Critica*, 14, (pp.177-190).

Perón, J. (1987). *Bases e aplicações dos valores em psicologia e educação*. Porto Alegre: Sagra.

- Potter, J. & Linton, I. (1985). Some problems underlying the theory of social representations. *British Journal of Social Psychology*, 24, 81-90.
- Rifkin, J. (1995). *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books.
- Roe, Robert A. & Ester, Peter (1999). Values and work: empirical findings and theoretical perspective. *Applied Psychology: an International Review*, 48, 1-2.
- Rohan, J. M. (2000). A rose by any name? The values construct. *Personality and Social Psychology Review*, 4, 255-277.
- Rokeach, M. (1968). *Beliefs, attitudes and values: a theory of organization and change*. São Francisco: Jossey-Bass.
- Rokeach, M. (1973) *The nature of human values*. New York: Free Press.
- Sá, C. P. (1993). Representações sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In M. J. Spink (Org.), *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*, (pp.19-45). Brasília: Brasiliense.
- Schwartz, S. H. & Surkiss S. (1999). Basic individual values, and the meaning of work. *Applied Psychology: An international Review*, 48, 49-71.

Shwartz, S. H. (1992). Universals in the content and structure of values: theoretical advanced and empirical testes in 20 countries. In M. Zanna (Org.). *Advanced in experimental social psychology*, 25, (pp.1-65). Orlando, FL: Academic Press.

Schwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values?. *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.

Shwartz, S. H. (1994). Are there universal aspects in the structure and contents of human values? *Journal of Social Issues*, 50, 19-45.

Shwartz, S. H. (1996). Value priorities and behavior: applying a theory of integrated value systems. In C. Seligman, J. M. Olson & M. P. Zanna (Eds), *The psychology of values: the Ontario symposium*, 8, (pp.1-24). Mahwah, New Jersey: LEA Publishers.

Shwartz, S. H. , & Bilsky, W. (1987). Toward a universal psychological structure of human values, *Journal of Personality and Social Psychology*, 53, 550-562.

Shwartz, S. H. , & Bilsky, W. (1990). Toward a theory of the a universal content struture of values: extensions and cross-cultural replications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 878-891.

Silveira, S. A. (2000). Procuram-se vagas. *Revista Melhor - Vida e Trabalho*, 154, 32-36.

Tajfel, H. (1978). The psychological structure of intergroup relations. In H. Tajfel (Org.), *Differentiations between social group*. (pp.27-98). Londres: Academic Press.

Tajfel, H. (1982). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tamayo, A. Borges-Andrade. & Codo, W. (Orgs.) (1997). *Trabalho organizações e cultura*. São Paulo: Autores Associados.

Vala, J. & Monteiro, M. B. (1996a). *Psicologia Social*, 353-384. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Vala, J. (1996). As representações sociais no quadro dos paradigmas se metáforas da psicologia social. In L. Camino (Org.), *Conhecimento do outro e a construção da realidade social: uma análise da percepção e da cognição social*, (pp.119-159). João Pessoa: Univesitária.

ANEXOS

Anexo 1 – Questionário Aplicado no Estudo

Caro Estudante,

Este questionário faz parte de uma pesquisa sobre as opiniões que os estudantes universitários têm sobre o desemprego.

As respostas dadas por você irão subsidiar uma dissertação de mestrado a ser concluída na Universidade Católica de Goiás (UCG).

Gostaríamos de contar com a sua colaboração respondendo sinceramente às afirmações que se seguem. Não há respostas certas ou erradas, não deixe nenhuma questão em branco pois a sua opinião é muito importante para o bom andamento de nossa pesquisa. Em caso de dúvida, responda do modo que mais se aproxime de sua opinião pessoal. Não é necessário identificar-se.

Da sinceridade de suas respostas depende a qualidade desta pesquisa.

INSTRUÇÕES

Este questionário está dividido em três partes e para respondê-lo é só seguir as instruções que estão contidas nele.

Se você precisar de mais informações, por favor contate:

Profa. Dra. Ana Raquel R. Torres → email: arrt@zaz.com.br

Mestranda Sirle Vieira → email: sirle@zaz.com.br

Mestrado em Psicologia - UCG

MUITO OBRIGADO POR SUA COLABORAÇÃO!!

Inicialmente, gostaríamos que você pensasse na dificuldade de encontrar emprego no Brasil. Leia com atenção as frases abaixo e circule o número que melhor representa sua concordância com cada uma delas:

Para dar sua resposta, utilize a escala de cinco pontos que está à direita de cada afirmação. Os números da escala significam o seguinte:

- 1 = DISCORDO TOTALMENTE**
2 = DISCORDO LEVEMENTE
3 = NEM CONCORDO NEM DISCORDO
4 = CONCORDO LEVEMENTE
5 = CONCORDO TOTALMENTE

Assim, na sua opinião, É difícil encontrar emprego no Brasil atualmente porque ...

1- Os políticos têm legislado em causa própria não se preocupando com os problemas sociais.	1	2	3	4	5
2- Falta boa formação escolar para os desempregados.	1	2	3	4	5
3- Por causa da situação econômica no Brasil.	1	2	3	4	5
4- A política econômica do governo não gera novos empregos.	1	2	3	4	5
5- Falta determinação das pessoas para conseguir um trabalho	1	2	3	4	5
6- Falta vontade dos políticos.	1	2	3	4	5
7- As pessoas não se esforçam o suficiente para conseguirem um emprego.	1	2	3	4	5
8- Por causa da decepção com o sistema educacional do Brasil.	1	2	3	4	5
9- Falta esforço próprio em batalhar para conseguir trabalho.	1	2	3	4	5
10- A Universidade não deu a qualificação exigida pelo mercado	1	2	3	4	5
11- As pessoas são acomodadas	1	2	3	4	5
12- Por causa do crescimento tecnológico que diminui os postos de trabalho.	1	2	3	4	5
13- Falta treinamento específico para conseguir um trabalho.	1	2	3	4	5

14- A culpa é do modelo político importado	1	2	3	4	5
15- Falta interesse do governo em fomentar novos postos de trabalho.	1	2	3	4	5
16- O mercado não oferece vagas suficientes.	1	2	3	4	5

Nesta parte, gostaríamos de saber sobre os valores sociais que você considera importantes. Assim, atribua notas aos valores abaixo considerando o grau de importância de cada um deles **para a construção de uma sociedade que você julga ideal para viver.**

Circule a nota que melhor expressa sua opinião, sendo **1** a nota que indica menor importância e **5** maior importância.

	Sem importância	Pouco Importante	Medianamente Importante	Muito Importante	Extremamente Importante
01- IGUALDADE	1	2	3	4	5
02- ALEGRIA	1	2	3	4	5
03- AMOR	1	2	3	4	5
04- AUTO-REALIZAÇÃO	1	2	3	4	5
05- JUSTIÇA SOCIAL	1	2	3	4	5
06- SEXUALIDADE	1	2	3	4	5
07- CONFORTO	1	2	3	4	5
08- OBEDIÊNCIA ÀS LEIS DE DEUS	1	2	3	4	5
09- DEDICAÇÃO AO TRABALHO	1	2	3	4	5
10- UMA VIDA EXCITANTE	1	2	3	4	5
11- RELIGIOSIDADE	1	2	3	4	5
12- COMPETÊNCIA	1	2	3	4	5
13- AUTORIDADE	1	2	3	4	5
14- FRATERNIDADE	1	2	3	4	5
15- LIBERDADE	1	2	3	4	5
16- LUCRO	1	2	3	4	5
17- PRAZER	1	2	3	4	5
18- REALIZAÇÃO PROFISSIONAL	1	2	3	4	5
19- RESPONSABILIDADE	1	2	3	4	5

20- RIQUEZA	1	2	3	4	5
21- SALVAÇÃO DA ALMA	1	2	3	4	5
22- SENSUALIDADE	1	2	3	4	5
23- STATUS	1	2	3	4	5
24- TEMOR A DEUS	1	2	3	4	5

Finalmente, solicitamos a gentileza de preencher os dados solicitados abaixo, **SEM ELES**, será **IMPOSSÍVEL** analisar adequadamente as suas respostas

Sexo: Feminino () Masculino ()

Idade: _____

Curso: _____ matutino () vespertino () noturno ()

Período do curso em que você está _____

Trabalha: Sim () Não ()

Se trabalha, responda as duas próximas questões. Se não, passe para a terceira questão.

1. Período integral () Meio período ()

2. Há quanto tempo está neste emprego? _____

3. Se você **não** trabalha explique o motivo

MUITO OBRIGADA PELA SUA COLABORAÇÃO!

Anexo 2 – ANOVAS não Significativas

Médias e Teste estatístico ao grau de adesão das atribuições pessoal-acadêmico e político econômico de acordo com o sexo dos estudantes.

	Sexo		Teste estatístico		
	<i>Masculino</i>	<i>Feminino</i>	<i>F</i>	<i>gl</i>	<i>p</i> <
<i>Pessoal</i>	2,761	2,653	,633	1/293	n.s
<i>Acadêmico</i>					
<i>Político</i>	3,496	3,700	3,385	1/291	n.s
<i>Econômico</i>					

Médias e teste estatístico ao grau de adesão das atribuições pessoal-acadêmico e político econômico de acordo com o turno dos estudantes.

	Turno			Teste estatístico		
	<i>Matutino</i>	<i>Vespertino</i>	<i>Noturno</i>	<i>F</i>	<i>gl</i>	<i>p</i> <
<i>Pessoal</i>	2,676	2,778	2,518	1,396	3/291	n.s
<i>Acadêmico</i>						
<i>Político</i>	3,578	3,662	3,697	,326	3/289	n.s
<i>Econômico</i>						

Médias e teste estatístico ao grau de adesão das atribuições pessoal-acadêmico e político econômico de acordo com o trabalho dos estudantes.

	Trabalha		Teste estatístico		
	<i>Sim</i>	<i>Não</i>	<i>F</i>	<i>gl</i>	<i>p</i> <
<i>Pessoal</i>	2,734	2,643	,552	1/293	n.s
<i>Acadêmico</i>					
<i>Político</i>	3,599	3,677	,590	1/291	n.s
<i>Econômico</i>					